



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**INFLUÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EMPRESAS  
INCUBADAS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: Uma Análise  
nas Políticas PAA e PNAE nas Empresas Incubadas da  
IACOC**

**JOÃO PAULO PEREIRA DE LIMA**

**RECIFE, ABRIL/2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**INFLUÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EMPRESAS  
INCUBADAS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: Uma Análise  
nas Políticas PAA e PNAE nas Empresas Incubadas da  
IACOC**

**JOÃO PAULO PEREIRA DE LIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

**Orientador: Rodolfo Araújo de Moraes Filho, DSc**

**RECIFE, ABRIL/2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L732i Lima, João Paulo Pereira de  
Influência de políticas públicas em empresas incubadas no  
semiárido paraibano: uma análise nas políticas PAA e PNAE nas  
empresas incubadas da IACOC / João Paulo Pereira de Lima. – 2019.  
75 f.: il.

Orientador: Rodolfo Araújo de Moraes Filho.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração e  
Desenvolvimento Rural, Recife, BR-PE, 2019.  
Inclui referências e anexo(s) e apêndice(s).

1. Incubadoras de empresas - Paraíba 2. Empreendedorismo  
Paraíba 3. Empresas novas - Paraíba 4. Política pública I. Moraes  
Filho, Rodolfo Araújo de, orient. II. Título

CDD 631.1



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO DE**

**JOÃO PAULO PEREIRA DE LIMA**

***INFLUÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EMPRESAS INCUBADAS NO SEMIÁRIDO  
PARAIBANO: UMA ANÁLISE NAS POLÍTICAS PAA E PNAE NAS EMPRESAS INCUBADAS  
DA IACOC***

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **JOÃO PAULO PEREIRA DE LIMA APROVADO.**

Orientador:

---

Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho, DSc

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PADR)

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital, DSc

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PADR)

---

Prof. Dr. Geraldo Majella Bezerra Lopes, DSc

Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, minhas duas mães Sebastiana e Marinalva, ao meu pai Luís Virgínio e ao meu irmão Luís Flávio, por serem a minha base e meus motivadores para alcançar os meus objetivos.*

## AGRADECIMENTOS

Neste espaço tenho a oportunidade de expor a minha gratidão por todos aqueles que me auxiliaram neste processo de evolução, tanto acadêmica quanto humana. Graças a essas pessoas pude conhecer novas formas de aprendizado que terei o imenso prazer de levar por toda a minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que sou. As maravilhas que acontecem em minha vida absorvo como graça, levo este pensamento durante todo o momento do mestrado, desde a seleção até os momentos finais.

Agradeço especialmente aos meus pais, Sebastiana, Marinalva e Luiz Virgínio, são responsáveis por quem me tornei e me orgulho disso, agradeço também ao meu irmãozinho Luís Flávio. Quero deixar registrado meu imenso amor por vocês, sou extremamente grato por todo o suporte ao longo desses anos, ao apoio desde o início do mestrado e ainda mais agora nesta etapa final. Fico feliz em ter vocês ao meu lado, me apoiando e me guiando da melhor maneira possível, sou grato por toda demonstração de amor que me proporcionaram, cada abraço recheado de amor e palavras de apoio que recebi de cada um de vocês, todo esse apoio e carinho foi especial para a realização das minhas metas.

Agradeço aos professores que contribuíram e auxiliaram diretamente e indiretamente na construção e no aprimoramento desta dissertação, a professora Lúcia Maria, a professora Yumara, ao professor Diego Firmino, ao professor Romilson, professora Telma, professora Ana Regina, professora Gisléia, professor André Marques, professor André Melo, professora Gilka, professor Marcos Sobral, professor Marcelo Marinho, professor Tales, Professor Almir Menelau. Sou grato por todo o conhecimento compartilhado e por todos os conselhos durante este período de aprendizado em minha vida.

Agradeço especialmente ao meu orientador Rodolfo Araújo de Moraes Filho, além de meu orientador se tornou um grande amigo, minha inspiração. O senhor sempre me motivou a ser uma versão melhor de mim, com sua ajuda e palavras gentis pude seguir em frente com meu trabalho, além de ter acreditado no meu projeto, sou extremamente grato por me acolher como seu orientando.

Agradeço a equipe da incubadora de empresas IACOC e aos membros entrevistados responsáveis pelas empresas incubadas, pela atenção que cada um teve em responder as perguntas presentes nas entrevistas.

Agradeço aos meus amigos Amanda Arruda, Amábile, Cláudio (Júnior), Ingrid, Lucas, Luís (Binho), Mateus, Stephanie, Hêvilla, Yocha, Camylla, Loyze, Elson, Adriane, Thaís, Cynthia, Edson, Wambérya, Wandy, Adeilson, Francisco, Felipe (Xilipe), Jennerson, Luna, Clarissa, Neno, Márcio, Alberto, Ramon, Kayo, Valmir, Marucelle, Aline, Nayara, Evelynne, Douglas, Denilson. Obrigado por sempre estarem ao meu lado e por me apoiarem, vocês me impulsionaram a seguir em frente, com palavras, gestos, com o companheirismo de vocês, cada momento de risada, de desabafo, de lazer que vocês proporcionaram, estão guardados na minha mente e em meu coração, muito obrigado por serem incríveis, sou muito sortudo por conhecer vocês.

Agradeço aos meus amigos que o mestrado me presenteou, tanto da minha turma, quanto das turmas de outros anos de ingresso. Pessoas inspiradoras que pretendo levar a amizade para o resto da vida. Amizades que foram construídas no decorrer desses dois anos e que hoje não me vejo sem essas pessoas presentes em minha trajetória. Agradeço aos amigos, Amanda, Ana Luiza, Geizi, Natália, Taylan, Luana, Cleysson, Murilo, Alice, Lucas, Rodrigo, Sebastião, Lilian, Mayara, Alexandra, Sourou, Anderson, Luiz. Em especial a Natália por sempre me auxiliar e compartilhar seus conhecimentos comigo, e por dar total suporte nas atividades, sou muito grato por ter sua amizade, você sempre foi um exemplo para mim desde os momentos iniciais. Sua força e determinação me motivaram sempre, sou extremamente grato ao universo por ter você como minha amiga. Agradeço a Luana por sempre estar presente, pelo seu apoio e compreensão comigo e com todos os amigos que criamos no PADR. As tardes de estudos com você e os momentos em que você compartilhava seu conhecimento conosco foram enriquecedores. Essa força tornou as disciplinas mais leves e divertidas, nossa união foi o principal elo para seguirmos em frente. Faço questão de compartilhar desses momentos com pessoas que amo, pois você é um exemplo de pessoa incrível. Agradeço a Taylan por sempre estar ao meu lado em diversos momentos, e por sempre me manter feliz com sua presença, nossas tardes de dúvidas, esforço, dedicação e descontração estão guardadas em minhas lembranças com muito carinho. Agradeço aos meus amores: a Amanda, Geizi e Ana por sempre me acompanharem no cotidiano do mestrado e da vida fora do mestrado, pessoas únicas com personalidades tão distintas e marcantes e com a similaridade de essência amorosa. Amanda com sua personalidade única e forte, não deixou

de roubar a minha atenção desde os primeiros momentos que nos conhecemos, me arrancou risadas maravilhosas e fez todo esse caminho ser divertido. Obrigado por sempre me acolher, por toda a sua atenção, seu companheirismo, você me provou de forma intensa e verdadeira da realidade do caminho acadêmico. Obrigado por toda a sua compreensão e companheirismo. Geizi, eu te agradeço muito pela paz que você me passa sem nem ao menos perceber, é incrível compartilhar momentos com você, me sinto feliz em te ter como minha amiga, sua sinceridade, sutileza e amor com o próximo é algo que me faz refletir a respeito da vida e me permite sempre seguir passos que me tonam uma versão melhor do meu eu anterior. Ana Luiza, sou extremamente grato a todos os momentos que nos divertimos e conversamos, esses momentos são tão valiosos, que fazíamos questão de compartilhar com todos, mesmo que em alguns momentos podíamos receber advertência a respeito disso. Isso tudo no final arrancava risada de todos os presentes. Vocês são pessoas compreensíveis, me orgulho muito de ter conhecido vocês, são pessoas queridas que sempre me apoiaram. Cada abraço, cada frase motivacional que vocês me falaram me deu força para seguir em frente, mesmo com a distância da minha família fisicamente eu criei motivação para concluir esta etapa com a ajuda de vocês. Agradeço a Cleysson por ser irmão, amigo e companheiro em todas as horas, nossa amizade surgiu desde os primeiros segundos de contato visual, e isso foi cômico, assim como vários momentos que vivenciamos, você tornou tudo mais leve e divertido de forma natural, compartilhei e compartilho de várias risadas enquanto estamos juntos e espero compartilhar cada vez mais.

Agradeço aos professores que me incentivaram a investir na minha carreira acadêmica, em especial a professora Raíssa Dália Paulino por sempre estar ao meu lado, por me motivar e me fazer acreditar no meu potencial desde o primeiro período na graduação em administração, você sempre me apoiou e me deu oportunidade de aperfeiçoar as minhas habilidades na área, sou extremamente grato por todo o seu carinho, atenção e dedicação, eu não sou o único graduado em administração que teve a oportunidade de ser o seu aluno a pensar assim, agradeço de coração. Agradeço também a professora Stephanie Ingrid, ao professor Cláudio. Obrigado por sempre me aconselharem da melhor maneira para minha formação.

Agradeço a família PADR, em especial a Luiza e a Mauricéia, que sempre estiveram presentes em cada momento durante o curso de mestrado e sempre trouxeram a melhor energia para o ambiente de estudo. Sou muito grato a vocês duas por tudo.

Muito obrigado!



## RESUMO

O presente cenário das Incubadoras de Empresas é envolvente por se tratar de auxiliar outras organizações a serem inseridas no mercado competitivo, em especial na Paraíba, estado em que esta pesquisa se situa. As Incubadoras de Empresas oferecem suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor, facilitando no processo de inovação e acesso às novas tecnologias nos pequenos negócios. As empresas beneficiadas são nomeadas empresas incubadas, esse suporte da incubadora de empresas é fornecido para a melhor inserção destas micro e pequenas empresas no mercado. As empresas incubadas sofrem influências das Políticas Públicas, estas com o objetivo de auxiliar essas micro e pequenas empresas, considerando essa relação das Políticas Públicas com as empresas incubadas, a questão-problema que norteia este trabalho é: qual a influência das Políticas Públicas PAA e PNAE aplicadas nas empresas rurais incubadas pela IACOC na região do semiárido paraibano? Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, classificando-se quanto aos fins como exploratório-descritiva; quanto aos meios, como uma pesquisa de campo. O tratamento na coleta de dados nas entrevistas deu-se por meio do método de análise de conteúdo. O resultado da análise de conteúdo apresenta que no processo de inserção das empresas incubadas nas Políticas Públicas existe a lacuna de acesso à informação por parte do agricultor rural, mas que parte da informação existente foi fornecida graças ao auxílio da incubadora de empresas; a respeito do diagnóstico de campo, encontram-se as potencialidades como valorização do preço do produto dos agricultores graças as Políticas Públicas PAA e PNAE e no melhor desempenho dessas empresas incubadas no mercado com o auxílio da IACOC, encontram-se as fragilidades pontuadas pelos agricultores que é o atraso das chamadas públicas, que comprometem a produção dos responsáveis pelas empresas incubadas; na geração de emprego, a potencialização das empresas incubadas graças as Políticas Públicas e a Incubadora de Empresas fornece maiores oportunidades de empregos na região em que as empresas incubadas estão inseridas que resulta em uma redução de evasão rural e melhoria na renda dos agricultores e das pessoas situadas na região.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Incubadoras de Empresas. Empresas Incubadas.

## ABSTRACT

The present scenario of the Business Incubators is immersive because it is to help other organizations to be inserted in the competitive market, especially in Paraíba, state in which this research is located. The Business Incubators provide technical support, management and complementary training to the entrepreneur, facilitating the process of innovation and access to new technologies in small businesses. The companies benefited are named incubated companies, this support of the incubator of companies is provided for the best insertion of these micro and small companies in the market. Incubated companies are influenced by Public Policies, with the purpose of helping these micro and small companies, considering this relationship of Public Policies with incubated companies, the problem question that guides this work is: what is the influence of Public Policies PAA and PNAE applied in rural enterprises incubated by IACOC in the semi-arid region of Paraíba? It is a qualitative research, classified as exploratory-descriptive; the means, such as field research. The data collection treatment in the interviews was given through the content analysis method. The result of the content analysis shows that in the process of insertion of the companies incubated in the Public Policies there is a lack of access to information by the rural farmer, but that part of the existing information was provided thanks to the help of the business incubator; with respect to the field diagnosis, are the potentialities such as the valorization of the price of the product of the farmers thanks to the PAA and PNAE Public Policies and in the best performance of these companies incubated in the market with the aid of the IACOC, are the fragilities punctuated by the farmers which is the delay of public calls, which jeopardize the production of those responsible for incubated enterprises; in the generation of employment, the growth of companies incubated thanks to Public Policies and the Business Incubator provides greater job opportunities in the region in which incubated companies are inserted which results in a reduction of rural evasion and an improvement in the income of farmers and people located in the region.

**Keywords:** Public Policies. Business Incubators. Incubated Companies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 Delimitação do Problema.....	18
1.2 Justificativa.....	18
1.3 Objetivos.....	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>21</b>
2.1 As Políticas Públicas.....	21
2.2 Implementação das Políticas Públicas.....	23
2.3 Programa de Aquisição de Alimentos.....	25
2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	28
2.4.1 Resgate histórico do PNAE.....	29
2.5 Agricultura Familiar e o Empreendedorismo Rural.....	33
2.6 Incubadoras de Empresas e suas Empresas Incubadas.....	33
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>36</b>
3.1 Tipologia da Pesquisa.....	36
3.2 Instrumentos de Coleta de Dados.....	37
3.3 Unidades de Análise.....	37
3.4 Utilização de Softwares de pesquisa.....	39
3.5 Critérios de Inclusão.....	40
3.6 Análise de Conteúdo.....	40
3.7 Identificação das Empresas Incubadas.....	40
3.8 Formulários da Pesquisa.....	40
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>43</b>
4.1 Processo de Implementação das Políticas Públicas PAA e PNAE.....	43

4.1.1 Inserção das Empresas Incubadas nos Programas PAA e PNAE.....	43
4.1.2 Avanços na Implementação do PAA e do PNAE.....	45
4.1.3 Dificuldades nas Políticas PAA e PNAE.....	47
<b>4.2 Diagnóstico de Campo das Empresas Incubadas.....</b>	<b>48</b>
4.2.1 Potencialidades Observadas no Diagnóstico.....	48
4.2.2 Fraquezas Observadas no Diagnóstico.....	50
<b>4.3 Geração de Empregos e Qualidade de Trabalho Gerado.....</b>	<b>53</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>5.1 Conclusões da Análise de Conteúdo.....</b>	<b>56</b>
5.1.1 Considerações sobre o Processo de Implementação das Políticas Públicas PAA e PNAE.....	57
5.1.2 Conclusões do Diagnóstico de Campo das Empresas Incubadas.....	58
5.1.3 Conclusões da Geração de Empregos e Qualidade de Trabalho Gerado pelo PAA e PNAE.....	59
<b>5.2 Limitações do Trabalho.....</b>	<b>60</b>
<b>5.3 Recomendações.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista com o membro representante de cada empresa incubada / agricultor familiar.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE 2 - Formulário direcionado a representante da IACOC.....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 1- Lista de Municípios que compõem o Semiárido Paraibano após a atualização do SUDENE 2017.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO 2 – Recursos Repassados do PNAE em 2018 para Modalidades de Ensino dos Municípios estudados.....</b>	<b>75</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Problema Público.....	21
<b>Figura 2:</b> Demarcação do semiárido paraibano.....	36
<b>Figura 3:</b> Quantidade de empresas incubadas avaliadas no novo ciclo da IACOC.....	37

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Modalidades do PAA.....	24
<b>Quadro 2:</b> Número de agricultores fornecedores e total de recursos investidos no PAA, 2012 e 2013 .....	25
<b>Quadro 3:</b> Legenda das Empresas Incubadas.....	39

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	-	Conselhos de Alimentação Escolar
CDSA	-	Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CERNE	-	Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos
CFP	-	Companhia de Financiamento da Produção
CGU	-	Controladoria Geral da União
CIBRAZEM	-	Companhia Brasileira de Armazenamento
CME	-	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	-	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	-	Campanha Nacional de Merenda Escolar
COBAL	-	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	-	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCNT	-	Doenças Crônicas não Transmissíveis
EAN	-	Educação Alimentar e Nutricional
FISI	-	Fundo Internacional de Socorro a Infância
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IACOC	-	Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido Paraibano
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PEASA	-	Programa de Estudos e Ações para o Semiárido

P&D	-	Pesquisa e Desenvolvimento
PaqTcPB	-	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	-	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN	-	Segurança Alimentar e Nutricional
SBPS	-	Sistema Brasileiro de Proteção Social
SEBRAE	-	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento Regional
TCU	-	Tribunal de Contas da União
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	-	United States Agency for International Development



## 1 INTRODUÇÃO

O presente cenário das Incubadoras de Empresas é envolvente por se tratar de auxiliar outras organizações a serem inseridas no mercado competitivo; em especial na Paraíba, estado em que esta pesquisa se situa. Quadros (2010) pontua em duas vertentes as funções das incubadoras, sendo a primeira referente ao favorável desempenho das empresas incubadas, que acabam premiadas por inserir estas micro e pequenas empresas de maneira correta no mercado (com o suporte em suas atividades e demais funcionalidades que as incubadoras de empresas se comprometem a realizar) e como resultado se tornam referência em relação às atividades de inovação tecnológica na região, e em segundo lugar, o alerta ao fechamento de incubadoras de empresas que não alcançam os resultados planejados com suas devidas empresas incubadas.

As incubadoras de empresas oferecem suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor, facilitando o processo de inovação e acesso às novas tecnologias nos pequenos negócios. Essas instituições se responsabilizam que suas atividades funcionem como suporte para empresas que estão se desenvolvendo, auxiliando a sociedade com uma nova renda, gerando lucratividade e desempenho social para as partes envolvidas (SEBRAE, 2016).

Decorrente disto, as empresas incubadas, que são as micro ou pequenas empresas se submetem ao auxílio fornecido pelas incubadoras ao receberem suporte gerencial, administrativo e mercadológico, assim como apoio técnico para o desenvolvimento do seu produto. Com isso, o empreendimento pode ser acompanhado desde a fase de planejamento até a consolidação de suas atividades com a consultoria de especialistas (SEBRAE, 2016). Estas instituições ascendem os processos administrativos das empresas incubadas acrescentando conhecimento nas áreas destinadas para cada empresa com auxílio externo.

O recorte espacial do presente estudo se dá na região do semiárido da Paraíba. A Incubadora de Empresas, responsável por quinze empresas incubadas no primeiro ciclo e oito empresas incubadas no segundo ciclo, e que faz parte da presente pesquisa intitula-se IACOC (Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba). Esta incubadora foi responsável pela graduação de duas empresas antes de finalizar o primeiro ciclo e doze empresas incubadas no segundo ciclo que se submeteram às atividades da IACOC e agora estão devidamente inseridas no mercado.

De acordo com as informações presentes no endereço eletrônico<sup>1</sup> da incubadora de empresas, a IACOC é uma incubadora de agronegócios que tem por objetivo oferecer suporte para alavancar o potencial e promover empreendimentos de sucesso no meio rural do Semiárido da Paraíba. Esse suporte é realizado de modalidade virtual, pois a mesma visa apoiar os empreendimentos à distância, estimulando a agregação de valor na agricultura familiar da região. A IACOC – Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba foi implantada em 2004 como Incubadora do Agronegócio do Cariri Ocidental e Oriental e do Curimataú, em Monteiro-PB, com o objetivo de fortalecer e desenvolver produtos inovadores com ênfase na cadeia da caprinocultura leiteira, no semiárido do Cariri ocidental paraibano.

A incubadora de empresas obteve o apoio da Fundação PaqTcPB através da sua inclusão no Edital nº 01/2011 – SEBRAE/CERNE voltou a fortalecer o ambiente inovador no território do Cariri paraibano, na sensibilização, prospecção, seleção e incubação de novos empreendimentos, agregando, gerando valor e renda aos produtos e serviços, aportando competências no seu eixo de produção, tecnologias, gestão e mercado, com foco na implantação do modelo CERNE na Incubadora. A missão da IACOC era oferecer infraestrutura e condições favoráveis à consolidação de pequenos empreendimentos do agronegócio da Caprinovinocultura da região do Cariri Paraibano, beneficiando-as com inovações tecnológicas, melhorias nos processos de gestão, estratégias de marketing, de comercialização, de logística e de cooperação com Instituições de P&D.

A IACOC é alocada no PEASA/UFCG, com sede em Campina Grande-PB, sendo este local inserido para ampliar a sua atuação, incluindo as duas microrregiões do Cariri e do Curimataú, passando a ser reconhecida como IACOOC – Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba, mantendo os benefícios de forma indireta ao CDSA de Sumé, bem como ao Campus de Cuité, através dos empreendimentos que serão apoiados nas suas respectivas áreas de atuação. A incubadora passa a atuar em todo o semiárido da Paraíba. Os empreendimentos até então apoiados diretamente pelo PEASA, passam a ser assistidos pela IACOC.

As empresas incubadas possuem o auxílio das atividades da IACOC e de Políticas Públicas, tais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Sendo assim, este estudo pretende contribuir para um

---

<sup>1</sup> IACOC. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.iacoc.org.br/iacoc/historico/> >. Acesso em: 19 de abril de 2019.

melhor entendimento em relação ao efeito das Políticas Públicas com as empresas incubadas da IACOC situadas na região do semiárido paraibano, além de estimular a discussão sobre a importância das Incubadoras de Empresas e sua relação com algumas Políticas Públicas.

### **1.1 Delimitação do Problema**

As empresas incubadas sofrem influência das Políticas Públicas. Estas políticas têm como objetivo auxiliar essas empresas no seu desenvolvimento, assim como as atividades das incubadoras de empresas. Denomina-se então como problema, a relação das Políticas Públicas situadas no trabalho das micro e pequenas empresas que se encontram no semiárido paraibano com o auxílio da Incubadora de empresas IACOC. Neste estudo, estas micro e pequenas empresas são incubadas por uma incubadora de empresas que tem como objetivo oferecer suporte para alavancar o potencial e promover empreendimentos de sucesso no meio rural do Semiárido da Paraíba. Como questões propostas, são levantadas as políticas públicas que auxiliam o processo de incubação e os vieses das empresas incubadas. A influência das Políticas para o processo de Incubação e quais estão diretamente ligadas às incubadoras.

Diante do problema exaltado, a importância das incubadoras para as empresas incubadas deve ser evidenciada. Esta situação está relacionada ao desenvolvimento das empresas submetidas ao processo de incubação. Assim, é importante avaliar a aplicação das políticas relacionadas às incubadoras e incubadas no Nordeste. Posteriormente limitar ao semiárido paraibano, sendo o espaço da unidade de análise deste estudo.

Com base nos aspectos citados, demonstra-se como problema de pesquisa a análise na utilização das políticas públicas aplicadas nas empresas que se submetem ao serviço das incubadoras e qual o fator diferencial para que elas sejam submetidas a este processo de adaptação, Sendo assim: Qual a influência das Políticas Públicas PAA e PNAE aplicadas nas empresas rurais incubadas pela IACOC na região do semiárido paraibano?

### **1.2 Justificativa**

As Políticas Públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de garantir e colocar em prática, direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis (LENZI, 2017). Além disso, as Políticas Públicas são programas e medidas que surgem de uma necessidade da sociedade, inseridas em um determinado período que necessita de uma

contribuição do governo. Logo, essas Políticas visam preencher lacunas, a serem aprimoradas, inseridas em um cenário que envolve os cidadãos. As lacunas podem ser observadas em diversas áreas, tais como: educação, saúde, trabalho, transporte, cultura, meio ambiente, lazer, assistência social, moradia.

Sendo assim, as Políticas Públicas auxiliam também os agricultores familiares, que preenchem a lacuna de trabalho citada anteriormente, seja no processo de produção dos seus alimentos, como nas dependências externas: como escolaridade dos familiares (filhos dos agricultores, ou até mesmo dos próprios responsáveis que preenchem a lacuna de educação). Um exemplo de Política Pública que exerce a função de colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa favorece a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações ao mesmo tempo que estimula os processos de agregação de valor à produção (FNDE 2018).

Assim como o PAA, existe outra Política Pública que reforça ainda mais os direitos dos agricultores familiares, sendo esta intitulada como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Por meio desta política, o Governo Federal repassa a estados, municípios e escolas federais, determinados valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE 2018).

Decorrente do que foi abordado nos tópicos anteriores, existem alguns agentes que auxiliam os empreendimentos gerados pela agricultura familiar, as incubadoras são alguns desses agentes. É observado que as incubadoras de empresa intensificam e aprimoram as micro e pequenas empresas que são submetidas ao processo de incubação.

Diante disto, a escolha do objeto de estudo parte dos possíveis benefícios que são gerados por meio das Políticas Públicas PAA e PNAE para as empresas incubadas que estão inseridas na Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba (IACOC), sendo as empresas incubadas micro ou pequenas empresas situadas no semiárido paraibano e com suas atividades voltadas ao meio rural.

Sendo assim, o presente estudo se justifica por analisar as políticas inseridas nas empresas incubadas que estão situadas no semiárido paraibano com vistas a sua efetividade nas ações

proporcionadas por estas iniciativas. Além disso, a pesquisa possibilita verificar estas duas políticas relacionadas às atividades das empresas incubadas situadas no semiárido paraibano com relação a suas respectivas efetividades.

### **1.3 Objetivos**

#### 1.3.1 Objetivo Geral

- ❖ Analisar o efeito das Políticas Públicas PAA e PNAE em organizações rurais incubadas na região do semiárido paraibano.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Realizar um Diagnóstico de Campo das empresas submetidas à incubação pela IACOC situadas no semiárido Paraibano;
- Verificar a participação dessas empresas na geração de empregos e qualidade do trabalho gerado.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O principal objetivo deste capítulo é apresentar os principais construtos envolvidos no presente estudo que estão divididas em seis seções.

A primeira aborda o conceito geral de Políticas Públicas, assim sendo apresentados os principais conceitos inseridos na literatura científica.

A seção seguinte é responsável por apresentar o processo de implementação das Políticas Públicas inserido no seu desenvolvimento histórico.

Assim sendo, a terceira seção aborda o contexto atual das pesquisas em Políticas Públicas, apresentando suas abordagens contemporâneas.

As seguintes seções são responsáveis pela contextualização das duas Políticas Públicas a serem analisadas neste estudo. A quarta seção apresenta a política Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A quinta seção introduz a política Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

A sexta seção apresenta a contextualização da Agricultura Familiar. Por fim, a sétima seção relata a contextualização das Incubadoras de Empresas e suas respectivas Empresas Incubadas.

### **2.1 As Políticas Públicas**

Os estudos sobre Política Pública se iniciaram na ciência política, estes não se limitam a apenas um ramo desta, e podem ser aproveitadas como objeto de conhecimento de outras áreas de estudo, ainda facilita a compreensão de como e por que os governos escolhem determinadas ações para sancionar lacunas na sociedade. A análise das políticas públicas na área de administração pública passou a ser de fato integrada aos estudos formalmente a partir da década de 1970 (SOUZA, 2006; FARAH, 2011; SALGADO, 2016).

Conforme Teixeira (2002), políticas públicas podem ser definidas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, bem como regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade. São políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Na prática, transforma-se em planos, bases de dados ou sistemas de informação, programas ou projetos que trazem por si uma visão de determinado problema e

uma proposição para enfrentá-lo. Após implementadas são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (TEIXEIRA, 2002; SOUZA, 2006).

As Políticas Públicas têm como objetivo responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis, como no caso desse estudo, a agricultura familiar. Visam, também, ampliar e efetivar direitos de cidadania, bem como promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda (TEIXEIRA, 2002). Para Marques (2003, 2007), as Políticas Públicas podem ser definidas pela interação entre os atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades políticas. Esta nova visão da administração pública só foi possível por meio da redefinição do “público” da administração pública, que teve suas fronteiras ampliadas para além do Estado, passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas (FARAH, 2011).

Segundo Ferreira (2011) a administração pública, como área de formação e como campo de estudos, constituiu-se tendo como objetivo a preparação de servidores públicos para a administração pública moderna, há mais de um século, nos EUA. Este argumento da autora, é derivada das teorias de Wilson (1887) e Oslak (1982) no artigo *The study of administration* e também do livro *Politics and Administrations* de Goodnow (1900).

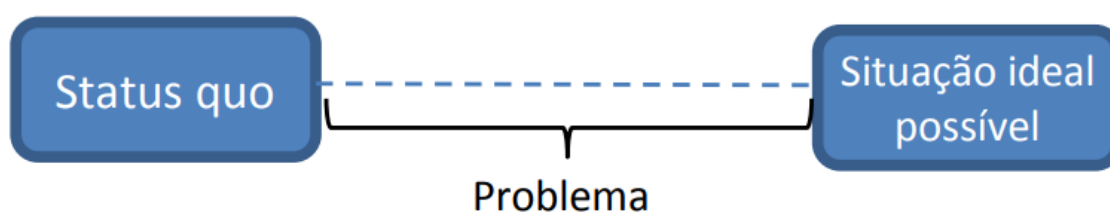
As políticas que são direcionadas ao campo do trabalho desempenham ordem em suas execuções. Na teoria, essas medidas são adotadas para melhorar a produtividade e avaliar a relação com os membros das organizações, sendo assim, respeita os limites dos trabalhadores e encontra um equilíbrio entre os mesmos e conseqüentemente satisfaz as necessidades da empresa e dos colaboradores em geral (OSLAK, 1982; WILSON, 1887; GOODNOW, 1900).

Pressman e Wildowsky (1973), em suas análises dos casos malsucedidos, fornecem sugestões para a implementação de políticas no âmbito local. Os autores enfatizam que a força dos vínculos entre diferentes organizações e departamentos no nível local é a responsável pelo sucesso ou fracasso da política. No cenário brasileiro, esse vínculo deve se dar por parte dos atores locais, parceiros não governamentais e apoio e fomento dos atores federais. Sendo estes presentes no monitoramento e avaliação da política.

Existem definições que enfatizam o papel da Política Pública na solução de problemas de uma Política Pública, sendo esta, uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública (BRANCALEON, et. Al. P. 2. 2015). Os

autores afirmam que a Política Pública possui dois elementos fundamentais: a) Intencionalidade pública – motivação para o estabelecimento de ações para tratamento ou para resolução de um problema; b) Problema público – diferença entre uma situação atual vivida (status quo) e uma situação ideal possível à realidade coletiva.

Figura 1- Problema Público



Fonte: BRANCALEON, et. Al. (2015)

De acordo com a Figura 1 é perceptível que a Política Pública preenche a lacuna presente entre a atual situação e a situação almejada, essa lacuna é denominada de Problema Público. O tempo necessário para a aplicação da política é elaborado anteriormente e o tempo de realização das atividades para concluir a resolução do problema pode ser variado caso ocorram imprevistos, porém a finalidade é que a política seja temporária, seja ela de curto, médio ou longo prazo.

No próximo tópico deste capítulo, serão apresentados fatores que permitam a implementação das Políticas Públicas após o processo de elaboração da mesma.

## 2.2 Implementação das Políticas Públicas

Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, do seu processo de construção e da atuação dessas decisões (SECCHI, 2017). O interesse pelo estudo das políticas públicas tem ganhado bastante atenção nas últimas décadas por afetar, em diversos aspectos, a nossa vida cotidiana (RODRIGUES, 2011). Essa possível atenção ainda pode ser ocasionada pelo modo que são implementadas.

Uma Política Pública passa a ser implementada para preencher determinado desvio relacionado à sociedade. Uma política para ser implementada requer um nível elevado de análise com profundo conhecimento teórico e empírico, assim como os possíveis problemas



socioeconômicos presentes naquele cenário em que a política está a ser implementada (MARTIN, 2001).

As Políticas Públicas passam a ser analisadas desde o seu processo inicial de elaboração até a sua execução. As análises são constantes conforme o período em que as mesmas estão em execução (SAGATTO, 2016). É necessário um aprimoramento nas execuções das atividades das Políticas Públicas para que elas atendam os objetivos propostos, caso esses objetivos não passem a ser atingidos, é necessário que novas medidas sejam adicionadas nas atividades das políticas, para que os objetivos da mesma sejam atendidos corretamente. O processo de implementação se dá após a sua formulação, seus formuladores analisam e estruturam o melhor processo de implementação que alcance os objetivos da legislação e minimize os pontos de veto (WINTER, 2007).

De acordo com Sagatto (2016, p. 02, apud SABATIER & MAZMANIAN, 1995, p. 161) o sucesso na implementação da Política Pública é atingido quando é elaborado um processo em que não haja desvios dos objetivos formulados, ou seja, que haja o controle do processo de implementação e dos implementadores. Sendo assim, os autores afirmam que para que o sucesso na implementação seja obtido é necessário seguir um *check list* representado por sete itens, são eles:

1. Possuir os objetivos claros;
2. Ter uma ideologia de aplicabilidade coerente e válida;
3. Fornece fundos adequados para as agências implementadoras;
4. Induções devem ser fornecidas para superar a resistências ou o número de veto no processo de implementação é minimizado;
5. As regras de decisão das agências implementadoras estão inclinadas a atingirem o objetivo proposto;
6. A implementação é atribuída a agências que darão alta prioridade ao programa;
7. As disposições para a participação de membros externos são igualmente influenciadas pelas regras liberalizadas e centralizando a supervisão no domínio dos apoiadores.

Assim como observado acima, as Políticas Públicas necessitam de uma organização no processo de formulação para que seja possível realizar os seus objetivos de forma coerente. Por mais que na prática essa ordem por diversas vezes possa ser desrespeitada (BRAUD,

2006), a ordem nas ideias facilita a implementação das políticas para auxiliar a sociedade. Tinôco (2008) afirma que as políticas públicas têm sido observadas como um processo de racionalização composto de fases ou etapas que têm constituído um aspecto heurístico e didático para a sua compreensão. Por mais que em certas ocasiões este processo sequencial não seja totalmente seguido, é necessária uma harmonização e enquadramento das atividades das Políticas Públicas para atingirem seus objetivos.

O próximo tópico explora as informações necessárias a respeito das Políticas Públicas PAA no Brasil e suas atividades realizadas a fim de atenderem seus objetivos.

### **2.3 Programa de Aquisição de Alimentos**

De acordo com informações recolhidas no endereço eletrônico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018), o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi criado em 2003, esse programa é uma ação do Governo Federal que tem como objetivo auxiliar no combate à fome e a pobreza no Brasil, assim como fortalecer a agricultura familiar. O PAA tem como objetivo auxiliar nos processos de valor à produção ao estimular a comercialização com a utilização de mecanismos que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas determinadas organizações.

Ainda com base nas informações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018) decorrente do Programa de Aquisição de Alimentos, parte dos alimentos são adquiridos pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades indígenas, sendo assim tendo a formulação de estoques estratégicos e distribuição à população que possua maior vulnerabilidade social. O devido acesso é disponível para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integra um dos eixos que auxiliam o Sistema Brasileiro de Proteção Social. Veloso (2017) afirma que:

O Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS) é composto por quatro eixos principais: Emprego e Trabalho; Assistência Social e Combate à Pobreza; Cidadania Social; e, Infra-Estrutura Social. No Eixo da Assistência Social e Combate à Pobreza estão as políticas públicas sociais executadas a partir do reconhecimento de um estado de extrema necessidade ou de vulnerabilidade do público a ser beneficiado. Somado a

isso, em período mais recente - década de 2000, as políticas de combate à fome e de transferência de renda ganharam densidade institucional. (VELOSO, 2017, p. 152)

O programa foi constituído com o intuito de atender a demanda de pequenos agricultores que necessitavam de um incentivo para comercializar os seus produtos derivados de suas atividades rurais. Sendo assim, o PAA<sup>2</sup> se tornou grande fonte de renda de diversas famílias da área rural que passaram a obter um acréscimo em sua renda familiar e que decorrente a isto os agricultores familiares puderam obter uma melhoria em sua qualidade de vida de forma geral.

O PAA possui diversas modalidades que podem ser fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ou pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. As modalidades de acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são:

**Quadro 1:** Modalidades do PAA.

<b>Modalidade</b>	<b>Forma de acesso</b>	<b>Limite</b>	<b>Origem do Recurso</b>	<b>Ação</b>
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.

<sup>2</sup> O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelos Decretos nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e nº 8.223, de 12 de agosto de 2014.

Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDA, S/D.

As modalidades do PAA são descentralizadas para atenderem o maior número possível de agricultores familiares. Essas modalidades são divididas para facilitar o processo de atividades do PAA para atingir o seu objetivo principal.

Apesar das vantagens que o programa fornece, o PAA sofreu um acentuado decréscimo nos anos de 2012 para 2013 (VALADARES e SOUZA, 2015, p. 2). A possível falta de recursos, divergência na aplicação da política pública, ou outros fatores podem acabar atrapalhando o desempenho de uma Política Pública em ação. Esse declínio em 2012 para 2013 podem ser representados na Tabela a seguir.

**Quadro 2:** Número de agricultores fornecedores e total de recursos investidos no PAA, 2012 e 2013.

Modalidades	2012		2013	
	Agricultores fornecedores	Total de recursos (R\$)	Agricultores fornecedores	Total de recursos (R\$)
PAA CONAB	128.294	586.567.130,50	40.866	224.517.124,45
PAA Estadual	18.753	55.318.656,43	21.406	70.995.107,08
PAA Municipal	17.192	59.627.492,48	14.210	40.146.871,09
PAA Estadual + Municipal	35.945	114.946.149	35.616	111.141.978
PAA Leite	28.254	137.704.717,97	20.051	107.044.299,23
<b>Total</b>	<b>192.493</b>	<b>839.217.997</b>	<b>96.533</b>	<b>442.703.402</b>

Fonte: VALADARES e SOUZA apud. PAA Data, 2015.

De acordo com os dados, observa-se que o PAA sofreu leve declínio nos referidos anos. Parte deste declínio coincide com o período que o PAA passou por um conjunto de mudanças institucionais e normativas que tenderam a reduzir o papel da CONAB<sup>3</sup> no programa e passou a ter maior centralidade estratégica às modalidades estaduais e municipais de adesão dos produtores (VALADARES e SOUZA, 2015).

O PAA passou por essas e outras oscilações, de acordo com o Senado (2018) foi apresentado que o Programa de Aquisição de Alimentos não cresce atualmente por falta de recursos. Os recursos fornecidos para o PAA vêm sofrendo queda a cada ano e essas restrições de recursos podem ser melhor articuladas entre os entes federados, sociedade civil e Poder Legislativo.

O próximo tópico aborda a contextualização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PANE) bem como suas características básicas e objetivos do programa.

## **2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1950. Após esse período o programa sofreu diversas mudanças em busca de aprimoramentos de acordo com as necessidades da sociedade (SCARPARO e BRATKOWSKI, 2017). De acordo com o FNDE (2017) Art. 4º da LEI Nº 11.947, de 16 de junho de 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Como parte do programa é estipulado que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (VILLAR, SCHWARTZMAN, JANUARIO e RAMOS, 2013).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2017) afirma que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de

---

<sup>3</sup> A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional.

educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

De acordo com as informações do FNDE (2017) o PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. É informado pelo FNDE (2017) que o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

O próximo sub tópico explica o contexto histórico do PNAE em busca de exaltar as mudanças que ocorreram no programa desde sua primeira aplicação, bem como os programas que foram gerados decorrente do PNAE e sua influência no exterior.

#### 2.4.1 Resgate histórico do PNAE

Com o passar dos anos de funcionamento do PNAE, foram inseridos novos objetivos para dar continuidade a estratégia inicial, porém com a inserção de novas atividades. A trajetória do programa marca uma importante imagem no país e atualmente é referência internacionalmente (FNDE, 2018). Os objetivos iniciais do programa eram menores se comparados com os que possui atualmente.

De acordo com o FNDE (2018) foi criado, na década de 50, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, este denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Em 1954, ocorreu a primeira liberação de recursos do Fundo Internacional de Socorro a Infância (Fisi), atualmente denominado Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para financiar a alimentação nas escolas (CALDAS e ÁVILA, 2013, p. 78).

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. No ano de 1956, com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (FNDE, 2018).

Com o passar dos anos, a política sofreu algumas alterações. Caldas e Ávila (2013) afirmam que:

Em 1965, após o golpe militar, outro Decreto (Decreto 56.886/65) altera o nome do Programa, que passa a ser chamado de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). O financiamento deste programa continua contando com a colaboração internacional (americana): Alimentos para a Paz, financiada pela United States Agency for International Development (Usaid), e o Programa Mundial de Alimentos, financiado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) (CALDAS E ÁVILA, 2013, p. 79).

As proporções do programa atingiram diversas localidades, o que exalta a sua influência internacional. Múltiplas mudanças percorreram a trajetória dessa Política Pública, logo, a partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FNDE, 2018). Com o decorrer dos anos novas alterações foram inseridas no PNAE.

Em 1983, pela primeira vez, tentou-se descentralizar o PNAE, por meio da municipalização da gestão da alimentação escolar nos Estados de São Paulo (governo Franco Montoro), e do Rio de Janeiro (governo Brizola). No caso específico do Estado de São Paulo, o Programa de Descentralização da Alimentação Escolar estava inserido em dois eixos de ação do governo: na chamada “Batalha da Alimentação” e na chamada “Batalha da Democracia e da Descentralização” (CALDAS e ÁVILA, 2013, p. 79).

Essas novas medidas adotadas para essa Política Pública alertam as novas proporções que o Programa Nacional de Alimentação Escolar chegaria a alcançar no decorrer dos anos posteriores. Entre 1986 e 1988, a FAE estimulou a descentralização do PNAE por meio de sua municipalização, ao firmar convênios diretos com 81 municípios do país (CALDAS e ÁVILA, 2013 apud. CARVALHO, 2009, p. 98).

Em 8 de março de 1993, o Movimento da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida foi lançado oficialmente. Seu objetivo era: "Mobilizar, e acima de tudo sensibilizar, a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país que leva à exclusão, à fome e à miséria (CONSEA, 1995, p. 12).

Em 1994, foi promulgada a Lei 8.913 (18/07/1994) que permitiu a consagração, institucionalização, normatização e oficialização do processo de descentralização do PNAE. Carvalho (2009) afirma:

A promulgação da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 oficializou o processo, valorizando os hábitos e práticas alimentares locais e regionais. A Lei tornou possível aos municípios brasileiros a participação na chamada "municipalização da merenda", e desde a criação da FAE em 1983, pela primeira vez, as escolas puderam contar com a alimentação escolar no mês de fevereiro.

De acordo com a referência citada, a descentralização do PNAE se tornou oficial e determinante da sociedade brasileira. A Lei 8.913/94 tornou a transferência de recursos do Governo Federal para os Governos Municipais entrelaçadas ao Conselhos de Alimentação Escolar (CALDAS e ÁVILA, 2013). Essa medida adicionou controle ainda maior para a Política Pública e sua execução independente da região e integrou a participação e controle da sociedade civil junto à política de alimentação escolar. Em 1998, a Lei 9.649 extinguiu a FAE e transferiu suas competências para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2003, por meio da Resolução 15/2003 (FNDE) foi definida em âmbito nacional uma lista de 72 produtos considerados básicos, e que compreendia tanto produtos regionais como o açaí e o queijo coalho, quanto produtos nacionais como o arroz e feijão (CALDAS e ÁVILA, 2013). Essa medida passa a expandir a aceitação de novos produtos na Política Pública, isso possibilita a comercialização de produtos de novos agricultores.

Em 2009, a Lei 11.947/09 regulamentada pela Resolução 38 (FNDE), ampliou o PNAE para todo o Ensino Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos (EJA) e tornou obrigatório o gasto de pelo menos 30% dos recursos



financeiros transferidos pelo FNDE em aquisição de gêneros alimentícios diretamente do agricultor familiar (CALDAS e ÁVILA, 2013).

Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (FNDE, 2018).

As inserções de atividades do PNAE são de fundamental importância para a aplicação de novas atividades e continuidade da Política Pública no país. De acordo com o FNDE (2018):

destaca-se ainda que, em 2 de abril de 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4, considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. A Resolução publicada em 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato.

O processo de adaptação do PNAE com as exigências da sociedade atualmente se passa ao serem inseridas novas atividades que atendam as atuais necessidades. O próximo tópico apresenta informações a respeito da agricultura familiar e o empreendedorismo rural, ao destacar as características das atividades rurais e conseqüentemente a importância dela para a economia do país.

## **2.5 Agricultura Familiar e o Empreendedorismo Rural**

Existe uma vasta necessidade de recursos para impulsionar o aprimoramento de atividades rurais para a agricultura familiar, essas necessidades eram ainda maiores em 1990, que foi quando a agricultura familiar obteve reconhecimento do Estado brasileiro como importante categoria social (CUNHA, et. al. 2017). A agricultura familiar vem ganhando destaque em diversos contextos, principalmente na construção coletiva de políticas públicas (SALGADO, et. al. 2016). Essa conquista foi alcançada após inúmeras reivindicações de movimentos sociais do campo, resultados de pesquisas científicas e pela relevância que o setor apresentara para a economia nacional, principalmente quando se observa largo predomínio da agricultura familiar no Brasil, entre 70% e 90% dos estabelecimentos agropecuários, abrigando três quartos do pessoal ocupado no campo (KAGEYAMA, 2008).

Com isso, para os pequenos agricultores realizarem os meios de arrecadar recursos para sua sobrevivência eles realizam as atividades rurais em pequena escala. Segundo Veiga (2001), nas fases de diagnóstico e planejamento, a ajuda governamental poderá até ser mais efetiva se envolver uma alocação temporária de recursos humanos com a capacitação necessária. Enfatizando que esse auxílio para o empreendedorismo rural melhora a análise das empresas geradas no meio rural e no enraizamento das organizações deste setor. Sendo assim, as atividades agropecuárias tomaram grande proporção em território brasileiro, fornecendo ainda mais acesso para a criação de novas instituições que trabalham com atividades rurais. Para as empresas maiores, estas atividades possuem como consequência positiva a exportação de produtos, gerando ainda mais lucro para a economia brasileira.

## **2.6 Incubadoras de Empresas e suas Empresas Incubadas**

As Organizações incubadoras são instituições que possuem um auxílio de programas do governo que auxiliam no desenvolvimento de micro e pequenas empresas no território brasileiro, e algumas delas estão focadas em empresas direcionadas ao âmbito rural. As organizações incubadoras atuam de diversas formas para as empresas, assim como os seus diferentes tipos que são classificados em: Incubadoras de Base Tecnológica, Incubadoras de Setores Tradicionais, Incubadoras Mistas, Incubadoras de Empresas de Agronegócios, Incubadoras de Cooperativas, Incubadoras de Empresas Culturais, Incubadoras de Design e Incubadora Social.

De acordo com o SEBRAE (2016), as Incubadoras de Base Tecnológica são direcionadas a organizações que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. As Incubadoras de setores tradicionais direcionam-se ao tipo de organização que abriga empresas dos setores tradicionais da economia. As Incubadoras denominadas mistas destinam-se a organizações que abrigam empreendimentos de base tecnológica assim como de setores tradicionais. Essas incubadoras em meio a diversas qualificações, se assemelham por contribuir com as atividades de outras organizações, mesmo com tamanha diferença de setores.

As Incubadoras são responsáveis por coordenarem algumas organizações que não estão consolidadas completamente no mercado, este suporte favorece os micros e pequenos negócios com relação a tecnologia de equipamentos, com novas estratégias tanto externas quanto internas. As incubadoras são responsáveis por criar um desenvolvimento favorável para essas empresas que estão iniciando suas atividades (ENGELMAN; ZEN; FRACASSO; 2015). As Incubadoras de Empresas oferecem suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor, facilitando no processo de inovação e acesso às novas tecnologias nos pequenos negócios. As Incubadoras de Empresas não se restringem a apenas um nicho de mercado. Com essa concepção, tendo em vista que as adaptações precisam ser realizadas afim de que o modelo de negócio se adeque a diversos outros negócios, como por exemplo, os negócios de impacto social (SCHERER; PETRINI, 2015), economia compartilhada (VILLANOVA, 2016), empresas sociais (PEREIRA; PETRINI; DALMARCO, 2015), governo (MARTINS; MOTA; FERREIRA, 2015).

As Incubadoras de Empresas tinham uma visão restrita para com seus clientes. Seu foco inicialmente era atender empresas com bases tecnológicas, *startups*, e com o passar do tempo o seu público alvo foi ampliando para diversas subcategorias. As Incubadoras passaram a serem internacionalizadas e a entregar ainda mais valor para seus clientes/empresas incubadas (ENGELMAN, R; ZEN, C; FRACASSO, 2015). As Incubadoras de Empresas podem sofrer diversas influências quando são mantidas por instituições públicas e privadas. Assim, cada entidade mantenedora requer algo específico das incubadoras de empresas (DUTT; HAWN; VIDAL; CHATTERJI; McGAHAN, 2016). As Incubadoras de empresas do agronegócio apoiam empresas atuantes nesta área, que possuem unidades de produção externas à incubadora e utilizam os módulos que são fornecidos a incubadora para atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e ao aprimoramento da gestão empresarial. Essas

particularidades auxiliam no processo de aprimoramento nas práticas de gestão e nos processos administrativos (SEBRAE, 2016).

As incubadoras de cooperativas abrigam, em média de dois anos, empreendimentos associativos em processo de formação e/ou consolidação instalados dentro ou fora do município. Elas representam uma das modalidades de incubadoras de setores tradicionais. Incubadoras de empresas culturais são as responsáveis por empresas que tenham a arte e a cultura como valor agregado aos seus produtos. Essas incubadoras desenvolvem negócios relacionados à arte e a cultura regional, gerando trabalho e rendas alternativas no município em que estão situadas ou no local em que as suas atividades são direcionadas (SEBRAE, 2016).

As incubadoras de *design* são as que abrigam empreendedores e/ou empreendimentos ligados diretamente ao segmento de design. Esses empreendimentos devem estar comprometidos com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Incubadora social são as que apoiam empreendimentos derivados de projetos sociais, que podem ser associados aos setores tradicionais, com o qual o conhecimento é de domínio público e que possa resultar no atendimento à demanda de emprego e renda e de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

O capítulo seguinte apresenta a metodologia existente neste estudo, assim como as características da localização do objeto de estudo empírico desta dissertação. Além disso são expostos o instrumento de coleta de dados e o método utilizado para analisar os dados coletados para atender os objetivos desta pesquisa.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente capítulo mostra os procedimentos metodológicos percorridos para a realização da pesquisa, assim como sua caracterização e demais informações a respeito de suas determinadas particularidades. São abordados a Tipologia da pesquisa, população e amostra, instrumento de coleta de dados, utilização de softwares e os critérios de inclusão para a busca dos resultados.

#### **3.1 Tipologia da Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva com a realização de análise qualitativa. Estes estudos são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema como também possui preocupação em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. (MARCONI, LAKATOS, 2012; ANDRADE, 2002). As aquisições das fontes serão primárias. Esse estudo se classifica como uma pesquisa de campo no semiárido paraibano, possuindo como objeto teórico as Políticas Públicas, assim como o objeto empírico a organização Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba – IACOC, sendo esta, a responsável pela presente unidade de análise: as oito Organizações Incubadas do semiárido paraibano situadas nas cidades de Pombal, Sumé, Queimadas e Pocinhos.

A pesquisa qualitativa torna possível ampliar a forma como se enxerga e compreende o problema a que o estudo se propõe analisar. As pesquisas qualitativas têm o pesquisador como responsável por construir a informação a partir das noções e conteúdos provenientes de respostas não estruturadas que são geradas na coleta de dados (MALHOTRA, 2011; ZIKMUND e BABIN, 2011). Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos (FLIK, 2009).

Esta pesquisa é indutiva por partir de casos específicos da unidade de análise para as coletividades. A sua caracterização é interdisciplinar, tendo em vista que as áreas abordadas entram em convergência na análise dos estudos, tanto a administração e possibilita

o acesso a diversas outras áreas de estudo. Decorrente da unidade de análise a abordagem da pesquisa possui a relação de coletividades, por possuir o foco na análise das políticas nas empresas incubadas do semiárido paraibano.

### **3.2 Instrumentos de Coleta de Dados**

Quanto ao processo de coleta de dados a análise é realizada em um determinado período no tempo que se caracteriza como estudos transversais, com o método de Levantamento Documental e Bibliográfico. O instrumento de coleta de dados partirá de uma entrevista direcionada aos responsáveis de cada Empresa Incubada da IACOC que compõem o presente estudo.

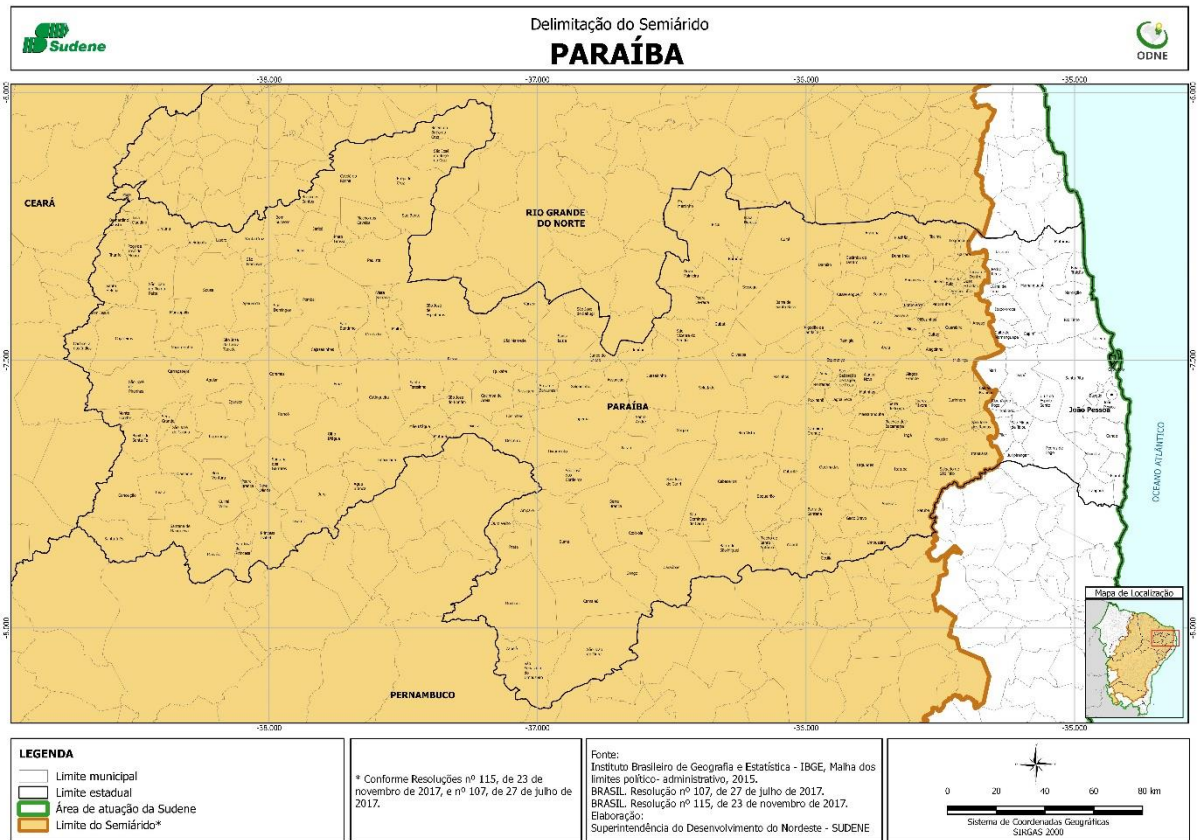
### **3.3 Unidades de Análise**

O presente tópico do capítulo 3 apresenta as Unidades de Análise da presente pesquisa bem como a distribuição das mesmas pelo semiárido paraibano. São destacados os municípios que abrigam as empresas incubadas assim como a quantidade de empresas analisadas inseridas em suas respectivas cidades.

A área de estudo é o semiárido paraibano, sendo este composto por 170 municípios, representado na Figura 2. De acordo com a SUDENE (2017), o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

De acordo com o SUDENE (2017) alguns municípios foram inseridos na lista do semiárido, sendo estes: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Areia, Belém, Borborema, Caldas Brandão, Cuitegi, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhém, Juarez Távora, Lagoa de Dentro, Matinhas, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, São José dos Ramos, Serra da Raiz, Serra Redonda, Serraria e Sertãozinho, informações estas apresentadas na Figura 2.

Figura 2 - Demarcação do semiárido paraibano



Fonte: Adaptado de SUDEME, 2017

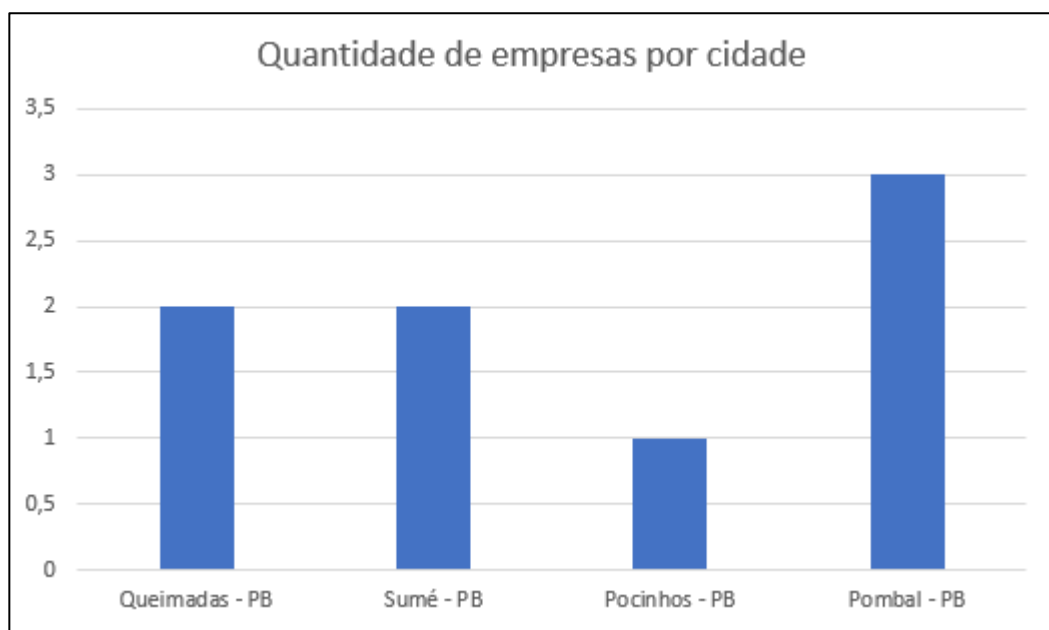
As unidades de análise do presente estudo são oito (8) empresas incubadas da incubadora IACOC, como apresentado na Figura 3 a distribuição destas empresas incubadas no semiárido paraibano. Estas organizações estão situadas no semiárido paraibano nas cidades de Queimadas, Sumé, Pocinhos e Pombal, sendo estas empresas incubadas inseridas no atual ciclo da IACOC que preenche o período de 2018 e tem prazo para a graduação em 2020.

Essas empresas incubadas foram selecionadas por acessibilidade. São empresas situadas em cidades próximas à sede da IACOC, que é situada na Universidade Federal de Campina Grande. As empresas preenchem o perfil necessário para atender o objetivo geral desta pesquisa que é preciso possuir uma relação com as políticas públicas PAA e PNAE.

Algumas empresas incubadas estão em seu segundo ciclo, este por sua vez renovado com o intuito de estender os projetos destas incubadas com a Incubadora de Empresas e ampliar as oportunidades de negócios das empresas submetidas ao processo de incubação. Esta amostra é caracterizada como amostra por conveniência, que possui o total da quantidade

de empresas incubadas que se mostraram prontamente disponíveis a responderem os questionamentos deste estudo.

Figura 3 – Quantidade de empresas incubadas avaliadas no novo ciclo da IACOC



Fonte: Elaboração própria (2019)

De acordo com a Figura 3, a cidade que mais possui empresas analisadas é Pombal, esta cidade também é a mais distante das outras, diferente de Pocinhos, Sumé e Queimadas que se encontram próximas geograficamente.

### 3.4 Utilização de Softwares de pesquisa

O referencial teórico foi detalhado com base no software Stata. Parte dos autores foram selecionados pela plataforma Web of Science, por meio de um diagnóstico de seleção de assuntos relacionados à questão problema desta pesquisa. Além da busca pelo Web of Science, foram exploradas informações de diversas fontes como dissertações e teses encontradas nas plataformas de pesquisa. Os autores presentes neste estudo seguem uma ideologia a respeito de políticas públicas que refletem diversos conceitos que enriquecem a pesquisa com base nas políticas públicas e suas devidas aplicações.



### **3.5 Critérios de Inclusão**

As empresas incubadas a serem incluídas na análise desta pesquisa são as que possuem o suporte da Incubadora IACOC, sendo esta, situada na cidade de Campina Grande – PB. A IACOC auxilia empresas do semiárido paraibano e a sua lista de empresas incubadas altera a cada dois anos, período este, que é dado quando as empresas terminam o ciclo de incubação e seus gestores resolvem se vão renovar o ciclo ou encerrá-lo.

### **3.6 Análise de Conteúdo**

Para a análise das entrevistas foi utilizada a Análise de Conteúdo. Bardin (2016) afirma que a construção dessa análise se baseia em um texto, que é analisado conforme as exigências da teoria que serve como um guia no tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Rocha e Deusará (2005) afirmam que os objetivos da Análise de Conteúdo são:

“Procurar compreender os objetivos dos estudos desenvolvidos à luz do que se convencionou chamar Análise de Conteúdo quer dizer, acima de tudo, explicitar os rumos assumidos pelas práticas languageiras de leitura de textos no “campo das ciências”. Optar por caminhos que garantam sua legitimação nos conduz à reflexão sobre um pressuposto: uma dada concepção de ciência, herdeira da tradição iluminista, dá sustentação às opções feitas pela Análise de Conteúdo.”

Diante disto, observa-se que a Análise de Conteúdo persiste em averiguar os fatos por meio dos textos e com isso analisar os fatos que se envolvem com a referida pesquisa. Esse tipo de análise permite ao pesquisador fornecer dados mais profundos e mais específicos dependendo do tipo de pesquisa.

### **3.7 Identificação das Empresas Incubadas**

Com o intuito de manter a privacidade dos respondentes, algumas informações a respeito das empresas incubadas foram mantidas em sigilo para efetivar as análises do presente estudo. Para a identificação dos respondentes de acordo com o instrumento de coleta de dados especificada, foi criada um quadro que esclarece as informações presentes na pesquisa a respeito das empresas incubadas estudadas e suas considerações para o estudo. A fim de situar os pensamentos e pontuações realizadas pelos agricultores responsáveis pelas

empresas incubadas presentes na análise dos dados coletados que consiste no capítulo 4 desta pesquisa.

**Quadro 3:** Legenda das Empresas Incubadas Estudadas

<b>Identificação</b>	<b>Localização</b>	<b>Sigla de representação</b>
Incubada 1	Pocinhos	ICB1
Incubada 2	Sumé	ICB2
Incubada 3	Queimadas	ICB3
Incubada 4	Queimadas	ICB4
Incubada 5	Sumé	ICB5
Incubada 6	Pombal	ICB6
Incubada 7	Pombal	ICB7
Incubada 8	Pombal	ICB8

Fonte: Autoria própria 2019.

### **3.8 Formulários da Pesquisa**

Para atender os objetivos desta pesquisa, foram elaborados dois formulários. Um formulário foi direcionado a representante da incubadora de empresas IACOC, com itens referentes a participação da incubadora de empresas no processo de inserção das empresas incubadas com os programas PAA e PNAE; além de um diagnóstico referente às potencializações e ameaças que esse processo de inserção pode ocasionar para as empresas incubadas que foi recebida por seus representantes; a contribuição da IACOC de maneira geral para essas empresas incubadas; o período médio de incubação; a seleção de micro e pequenas empresas ou empreendedor individual para receberem os benefícios da política de incubação; e como são feitas as reuniões com os representantes das empresas incubadas.

O segundo formulário foi direcionado aos representantes das empresas incubadas, seja de micro e pequenas empresas ao microempreendedor individual. Neste segundo formulário foram abordadas questões a respeito do tempo de atividade do representante; como obteve o conhecimento das incubadora de empresas; como obteve conhecimento a respeito dos programas PAA e PNAE; se houve apoio ou incentivo para iniciar as atividades nos programas PAA e PNAE; quais as mudanças mais significativas que puderam ser notadas

após o vínculo com as políticas; e as vantagens e desvantagens que essa associação com os programas PAA e PNAE ocasionaram.

Estes formulários foram elaborados a partir dos objetivos desta pesquisa. Os ajustes foram inseridos em busca de responder as indagações apresentadas no início deste trabalho. Após as explicações a respeito da metodologia abordada nesta pesquisa, a construção dos formulários e após apresentar a legenda de identificação acerca das empresas incubadas que se disponibilizaram a responder as questões que atendem os objetivos desta pesquisa, o próximo capítulo apresenta as análises das informações recolhidas deste estudo.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

O presente capítulo aborda informações a respeito das análises após a aplicação do instrumento de coleta de dados previamente selecionado por entrevistas efetuadas *in loco* para atender os objetivos específicos desta pesquisa e consequentemente alcançar o objetivo geral.

### **4.1 Processo de Implementação das Políticas Públicas PAA e PNAE**

Nesta seção serão apresentados os processos de inserção das empresas incubadas nessas Políticas Públicas (PAA e PNAE), assim como os avanços que essas políticas ocasionam para essas empresas incubadas pela IACOC e as dificuldades que envolvem esse processo no intuito de atender o primeiro objetivo específico deste estudo.

De acordo com as informações coletadas, grande parte dos responsáveis pelas empresas incubadas tomaram conhecimento das Políticas Públicas por intermédio da Incubadora de Empresas que compõe esta pesquisa, a IACOC. O Processo de implementação das Políticas Públicas PAA e PNAE, de acordo com os entrevistados, é burocrático e requer uma certa quantidade de requisitos que são propostos pelos próprios programas.

#### **4.1.1 Inserção das Empresas Incubadas nos Programas PAA e PNAE**

Para participar dos programas, os beneficiários fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar assim como as Organizações de agricultores (CARTILHA DO PAA, 2010). Para a obtenção desses itens necessários, as empresas incubadas necessitam de um auxílio de instituições que colaborem neste processo, no caso das empresas incubadas a associação que fornece suporte neste aspecto é a Incubadora de Empresas IACOC. Sendo assim, o presente tópico se propõe no auxílio a compreensão das dificuldades e os avanços no processo de implementação das Políticas PAA e PNAE nas empresas incubadas.

O acesso à informações que os pequenos produtores ou agricultores familiares possuem para as Políticas Públicas é um pouco limitado. Apesar das informações estarem disponíveis em diversos meios de comunicação, alguns responsáveis pelas empresas incubadas não possuem acesso às informações necessárias para aderirem a essas políticas. Alguns destes responsáveis só tomaram conhecimento destas políticas quando iniciaram o processo de incubação com a Incubadora de Empresas e outros por observarem colegas de outras associações que tinham interação com algumas destas políticas. Outras empresas incubadas ainda não iniciaram suas atividades de comercialização, pois ainda estão no processo de elaboração das atividades enquanto alguns estão no ramo da comercialização a um bom tempo, como exposto na organização incubada 4 (ICB4).

Conhecemos essas políticas com a ajuda da IACOC né? A gente ouvia por alto, mas depois que a gente conheceu a incubadora ficou mais claro (ICB4).

Fazem dois meses que estamos com a incubadora, iniciamos no ano de 2018. Faltam dois anos para a empresa se graduar. Na empresa são oito funcionários ativos. Nós não possuímos relação com essas políticas ainda porque não produzimos alimentos. A gente produz alimentos, mas não comercializamos. A gente pretende ter relação com essas políticas sim. Eu estava pensando em criar um leque de produtos (ICB1).

Apesar da Empresa Incubada 1 não estar realizando as comercializações dos seus produtos, eles afirmam estarem juntos com os projetos da incubadora IACOC e ainda afirmam que possuem planos futuros para o aprimoramento da empresa. A visão de expandir o negócio está inserida nos planos da empresa incubada quando a mesma atingir a sua graduação.

No processo de inserção das empresas incubadas com as políticas públicas, são fornecidas as instruções necessárias com relação a documentação, ao tipo de alimento produzido e as demais exigências conforme o que o PAA<sup>4</sup> e o PNAE<sup>5</sup> destacam nas cartilhas para efetivar o cadastro dessas empresas, essas informações são fornecidas pelas próprias políticas e reforçados pela IACOC.

---

<sup>4</sup> Cartilha do PAA. Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PAA\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf)>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

<sup>5</sup> Cartilha do PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

#### 4.1.2 Avanços na Implementação do PAA e do PNAE

A incubadora é responsável por capacitar as empresas incubadas para se inserirem no mercado, algumas necessitam de mais tempo no processo de elaboração e aplicação de suas estratégias competitivas. De acordo com as informações recolhidas, algumas empresas incubadas perderam recentemente o vínculo com o PAA ou com o PNAE. Alguns dos respondentes afirmaram que com as reduções orçamentárias nos referidos programas a partir da gestão *pós-impeachment* acabaram afetando a ligação que alguns agricultores possuíam com as referidas políticas. Diante disto, alguns entrevistados argumentaram sobre os acontecimentos referentes a limitação no acesso a essas políticas e sobre seu processo de implementação:

Tem com o PNAE, o PAA deixou de existir, os produtos que a gente tem é o frango e o ovo, aí esses produtos a dois anos que não tem PAA para ele, para a gente colocar para o governo federal a gente tá só com o PNAE e teve umas vendas já para o Hospital João XXIII, mas também foi só uns seis meses (ICB4).

Como a gente não trabalhou não tenho como te dizer na prática, mas a gente escuta algumas pessoas falando que o PAA tá atrasando o pagamento, tem gente que tá com três meses para receber aí, segundo eu ouvi né, a gente não tem experiência própria aí, a gente tá pensando em implantar até 2023 implantar carne de caprino e ovinos, galinha caipira e também as frutas umbu e caju (ICB1).

De acordo com o que foi afirmado, ocorreu uma redução nas inserções de empresas contempladas com o PAA. Esse tipo de alteração deve-se a etapa de avaliação da política após sua aplicação. A avaliação é uma etapa que os gestores são capazes de controlar muitos aspectos dessas avaliações, desde a coleta de tipos específicos de dados ou informações usadas nas avaliações (BRANCALEON, et. al, 2015). Essa alteração deve-se a redução que o programa estava sofrendo em meados de 2013 que foi o ano de transição para o PAA, era preferível a expansão do programa, mas houve um enxugamento importante no Programa de Aquisição de Alimentos (VALADARES, SOUZA, 2015). A redução orçamentária no PAA acabou afetando diversos beneficiários, isso foi intensificado ainda mais a partir do ano de 2015, foram necessárias atitudes referentes a limitação de atendimento e alguns produtores foram prejudicados com tal mudança (VELOSO, 2017).

Na percepção dos entrevistados, tanto o programa PAA quanto o PNAE são responsáveis por incentivos positivos para os responsáveis das empresas incubadas assim como outros pequenos agricultores. Alguns destacam a importância que as políticas públicas têm no negócio dos pequenos agricultores e enfatizam os aspectos positivos que foram desenvolvidos com a aplicação do PAA e do PNAE.

Tem avanço sim, porque tem algumas entidades que têm se sustentado através desses editais, principalmente com o PNAE que são 30% obrigatório para a agricultura familiar, com certeza é um avanço. O aumento de renda e a qualidade de vida (ICB8).

As vantagens é a geração de renda dessas famílias, seria um avanço. Um destaque para a comunidade, agregar em outras associações existentes para fazer a diferença (ICB2).

Esta afirmação dada pelo entrevistado da empresa incubada 2 reflete os objetivos das Políticas Públicas PAA e PNAE. A criação destas políticas se dá para apoiar as famílias de agricultores rurais que não possuem a oportunidade e o acesso a informações a respeito de comercialização de seus referidos produtos. As finalidades básicas destas políticas estão entre: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (CARTILHA DO PAA, 2010), assim como ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (CARTILHA DO PNAE, 2015). Ambas políticas possuem interação direta com os agricultores rurais e fornecem as vantagens na geração de renda de suas famílias.

Pelo que sei do PAA e PNAE é um programa governamental que vai trazer muito benefício lá, tanto para a empresa quanto para os sócios. Pro sócio vai aumentar sua renda e para a Empresa vai beneficiar a venda do produto (ICB7).

O avanço que a gente teve foi o seguinte: porque a partir do momento que a gente começou a participar das chamadas públicas, aí começamos a vender mais, assim, ter uma venda certa [...] (ICB4).

Mesmo quando questionados sobre os avanços que as políticas públicas PAA e PNAE proporcionam para as incubadas, os entrevistados destacam algumas dificuldades em seus discursos, principalmente no período de 2015 até os dias atuais (ICB4, ICB6, ICB7, ICB8). Essas dificuldades estão relacionadas com as mudanças dos gestores das políticas que acabam

resultando em diversas alterações nas próprias. No próximo tópico, essas dificuldades serão mais exploradas de acordo com os discursos dos entrevistados.

#### 4.1.3 Dificuldades nas Políticas PAA e PNAE

Para realizar o processo de implementação nessas políticas, as empresas necessitam seguir regras para preencher o *checklist* exigido no ato do cadastramento. As empresas incubadas, de acordo com as informações recolhidas, encontram dificuldades tanto no processo de implementação quanto nas alterações das políticas após essa implementação.

De acordo com as declarações dos responsáveis pelas empresas incubadas, os programas possuem diversas formas de trazerem benefícios. Inicialmente ao descobrirem as atividades do PAA e do PNAE eles observam que podem aumentar e conseqüentemente melhorar as suas comercializações com as instruções necessárias. Parte dessas instruções são de responsabilidade da incubadora de empresas, caso este, reiterado pelo entrevistado responsável pela IACOC, que auxilia neste processo ou até mesmo da divulgação dos próprios programas, para que atinjam esse público que necessita de suas atividades.

Esse alcance de informação para alguns responsáveis dessas empresas incubadas não atinge o público completamente. Em alguns casos essas informações a respeito dos benefícios das Políticas Públicas só alcançam os agricultores ou responsáveis pelas empresas incubadas com o auxílio da Incubadora de Empresas.

Tem a falta de informação, não tem essa informação de como chegar nessas políticas (ICB2).

Os entrevistados apontam a burocracia no processo de inserção como uma das principais dificuldades. Mesmo sendo crucial para o cadastro das empresas nas políticas, dois dos respondentes (ICB4 e ICB6) afirmam que o processo além de ser demorado, muitas vezes causa a eliminação de vários agricultores na lista de inserção tanto do PAA quanto do PNAE. Há uma certa resistência que parte dos pequenos produtores com essas documentações para a realização dos cadastros necessários. O representante da IACOC entrevistado afirma que por



estarem em um ciclo de mudança, é normal ter resistência em alguns aspectos da adesão das políticas.

A dificuldade é a burocracia de ser registrado, de ter certificado do CIA. Porque pode vender para todo estado (IBD3).

Tem muita dificuldade com a documentação, a burocracia é grande, porque você pode ser cortado se não tiver tudo como eles pedem (ICB7).

Os responsáveis pelas empresas incubadas afirmam buscar na incubadora IACOC as instruções necessárias para aplicarem nas suas organizações. Nas incubadoras, as empresas recebem um conjunto de suportes necessários para a implantação, o crescimento e o desenvolvimento do negócio, até a liberação para atuarem de forma autônoma no mercado (RAUPP, BEUREN, 2006).

O próximo tópico deste capítulo aborda o diagnóstico de campo. Tal diagnóstico proposto como o segundo objetivo específico apresentado na presente pesquisa que facilita a execução do objetivo geral.

## **4.2 Diagnóstico de Campo das Empresas Incubadas**

O presente diagnóstico consiste em apresentar as potencialidades e possíveis fraquezas que existem dentro das empresas incubadas ocasionadas pelas Políticas Públicas PAA e PNAE. Os respondentes apontaram de diversas formas os benefícios e as complicações ocasionadas por esses programas, ambos já mencionados no processo de implementação, durante a implementação, presente atuação e as margens futuras do PAA e PNAE.

### **4.2.1 Potencialidades Observadas no Diagnóstico**

Com as explicações recolhidas no ato da coleta de dados, os entrevistados informaram diversas potencialidades existentes nas políticas para suas respectivas empresas incubadas. Entre alguns dos aspectos que potencializam as empresas incubadas é a garantia de um preço

justo para a comercialização dos produtos que as organizações incubadas fornecem, além da garantia de compra em determinados períodos (ICB8).

[...] tem a garantia de um preço melhor né, e você vender seus produtos. Porque muitas vezes, em épocas atrás o pessoal produzia, mas tinha uma dificuldade maior para vender. Produzir o pessoal sabe, mas geralmente não são bons comerciantes. Então sofre bastante, o momento que tem que chega o aproveitador e compra o produto por um preço abaixo e aproveita da situação (ICB1).

Assim como é citado acima, uma das potencialidades que essas políticas públicas garantem é a valorização da compra dos produtos dos agricultores por um preço justo. Essa comercialização reflete no amadurecimento dos responsáveis pelas empresas incubadas de foco rural com relação a comercialização. Experiência nas vendas, nas negociações e principalmente nas regularizações de cada empresa incubada.

Assim, a potencialidade é a geração de renda, um mercado a mais para nossa empresa, para ter a aceitação de nosso produto (ICB2).

O entrevistado da Empresa Incubada 2 afirma que a potencialidade é justamente o papel básico que essas políticas públicas, tanto o PAA quanto o PNAE, se propõem em realizar. Porque essas duas políticas existem para auxiliar na comercialização dos produtos gerados pelos produtores que são os responsáveis por essas empresas incubadas da IACOC estabelecidas neste estudo.

Eu só vejo vantagem do PAA e PNAE é porque se abre o mercado, se a gente tivesse executando as atividades de comercialização já tava funcionando no programa diretamente (ICB3).

A expansão da visão dos proprietários das empresas incubadas é um dos pontos fortes na interação com a incubadora de empresas e com as políticas públicas PAA e PNAE. Esta interação resulta em motivações para que os agricultores continuem a aprimorar suas atividades para maior desempenho comercial na região em que a incubada está situada.

A vantagem que tem é o preço, o preço do PNAE compensa, são melhores que preço do mercado na região, porque as vezes o pessoal da região quer se aproveitar e acaba pedindo um preço pequeno (ICB4).

O preço e a garantia geralmente é o que favorece. Porque assim, pode até atrasar, mas é bom porque pelo menos é uma coisa certa (ICB5).

Apesar da dificuldade com os atrasos do pagamento de certas políticas ou das chamadas públicas, os agricultores responsáveis pela Empresa Incubada 5 acreditam que o preço é justo e conseqüentemente a empresa possui o retorno financeiro em questão de tempo, porém esse atraso não é bem visto, pois esses atrasos devem ser cancelados, tendo em vista que a renda desses agricultores possuem ligação direta com essas remunerações.

É assim, como houve uma melhoria do padrão de vida do pessoal, a questão da renda que melhorou, também houve o que muitas pessoas no município conseguiram casa na zona rural e era uma coisa que a anos não via. O pessoal estava migrando para as cidades grandes e o campo tava ficando... Agora não, você já vê alguns jovens na atividade por ter essas políticas né? Tanto de crédito, porque só quem tinha acesso eram os grandes proprietários. Hoje não, todo proprietário estando documentado e tendo as condições que o banco exige, tem o financiamento (ICB6).

Essa é mais uma das potencialidades apontadas pelos entrevistados que o acesso a essas políticas ocasionam, além de garantir uma certa renda para os proprietários da empresas incubadas, elas os tornam mais preparados para lidarem com situações como o mal aproveitamento dos produtos, a comercialização incorreta que acaba resultando em vendas que não são vantajosas para eles e ainda com o auxílio da Incubadora de Empresas eles garantem uma melhor desenvoltura para os desafios que o mercado proporciona.

#### 4.2.2 Fraquezas Observadas no Diagnóstico

Neste tópico serão apresentadas as fraquezas das Políticas Públicas PAA e PNAE de acordo com as respostas dos entrevistados. Diversos aspectos de potencialidades decorrente destas políticas foram abordadas no tópico anterior, mas existem algumas limitações que essas políticas ocasionam para os agricultores responsáveis pelas empresas incubadas. Grande parte

dos entrevistados (ICB2, ICB3, ICB4, ICB5, ICB6) apontaram algumas fragilidades nos programas PAA e PNAE.

A fraqueza é que nós não temos... tínhamos que ter um leque mais aberto para os agricultores e para os demais (ICB2).

É como disse anteriormente, o certificado, a burocracia para entrar. E isso vai ter que ter um apoio direto para os produtores fornecerem a matéria prima sequenciada e faltar para a merenda escolar. O produtor não tem o registro do produto, ele vai ter o produto para ser beneficiado para a empresa beneficiar e voltar para as escolas (ICB3).

Nos referidos casos (ICB2 e ICB3), percebe-se que algumas das fraquezas apontadas é justamente o excesso de burocracia e a limitação de expansão de atendimento dos agricultores. As medidas de controle são necessárias para obter uma certa padronização na execução da política, tanto no PAA quanto no PNAE. Essas medidas geralmente necessitam da burocratização para que as políticas tenham uma ordem em suas execuções para não prejudicarem os beneficiados, sejam os agricultores ou as escolas que são contempladas pelo PNAE.

As fraquezas são os atrasos da chamada pública, porque a merenda escolar por exemplo que é o PNAE, são dez meses que vem o recurso só que em vez dessa chamada pública ser feita em dezembro/janeiro para o ano seguinte, vai fazer em abril... aí termina a gente não conseguindo ter uma venda melhor porque só fica seis meses... então é um ponto negativo. Se tivesse uma ajuda maior dos governos municipais (o estadual até que é em janeiro) mas os municipais alguns atrasam, aí quando atrasa a gente perde. Porque se fizer em janeiro, a gente em março já tá colocando... O produto! Se for fazer em abril a gente perde todo o início (ICB4).

Outra fraqueza apontada (ICB4) é o atraso nas chamadas públicas. Os agricultores necessitam de um certo prazo para comercializar os seus produtos, caso esse período atrase eles acabam com um prejuízo por suas mercadorias acabarem perdendo a validade, já que no caso dessas empresas incubadas estudadas, todos os agricultores trabalham com alimentos. Esse atraso vem sendo debatido entre os agricultores (ICB4, ICB8, ICB6) e se apresenta como uma das maiores dificuldades que os agricultores enfrentam após a interação com as políticas

PAA e PNAE. Outra fragilidade encontrada é a redução de inserção de beneficiários nas políticas públicas, no caso do PAA os agricultores que comercializam determinados alimentos saíram prejudicados por tal definhamento<sup>6</sup> dos recursos orçamentários dos programas. Tal situação também está presente no PNAE, que acaba impactando na renda dos agricultores familiares.

O PAA é por recursos financeiros que reduziram, aí tirou da programação o frango, então a gente não vende porque não tem no programa do PAA para a gente oferecer, mas teve uma época que teve e se tiver vai ser muito bom, é uma burocracia muito grande para conseguir, mas consegue se abrir o espaço. [...] Você tem uma das coisas que complica um pouco é a questão do período de entrega, porque tem vários cooperados que participam, mas quando chega na hora da entrega eles não são muito de ajudar, mas na hora de entregar cada um quer a sua parcela e sair sem dificuldades. Aí na hora de botar às vezes tem três, quatro, cinco que têm o produto, aí não dá pra você colocar todo mundo ou a quantidade que coloca é pequena aí eles ficam insatisfeitos. Esse problema as vezes a gente tem, não constantemente, mas tem (ICB4).

Assim como foi apresentado, algumas fraquezas encontradas dentro das empresas incubadas acabam sendo geradas por meio de algumas fraquezas que já existem nas políticas e elas acabam por ocasionar esse tipo de conflito. Essas fraquezas inseridas nas Políticas Públicas já ocorrem por outros fatores, que podem envolver algumas falhas na gestão desses programas. Entre 2012 e 2015 foram divulgadas também algumas falhas com o PAA, em que 9,68% dos registros dos beneficiários apresentavam indícios de irregularidades (TCU, 2019).

Diante disto foram apresentadas as fraquezas observadas de acordo com o diagnóstico de campo com base nas informações fornecidas pelos agricultores beneficiários das Políticas Públicas e consequentemente responsáveis pelas empresas incubadas da IACOC. No próximo tópico deste capítulo, serão exaltados os dados a respeito da geração de empregos e da qualidade de trabalho gerado pelas empresas incubadas na região em que cada uma está inserida, dados estes que compõem o terceiro objetivo específico desta pesquisa.

---

<sup>6</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notícias - Agropecuária. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/541383-AGRICULTURA-DEBATE-REDUCAO-DE-RECURSOS-PARA-COMPRA-DE-ALIMENTOS-DO-PEQUENO-PRODUTOR.html> > Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

### 4.3 Geração de Empregos e Qualidade de Trabalho Gerado

Neste tópico do quinto capítulo, serão apresentadas algumas informações a respeito da geração de empregos que as empresas incubadas resultam e também na qualidade de trabalho gerado por elas. Uma das influências que as empresas ocasionam em suas regiões é a geração de emprego. As famílias da região acabam por conseguirem gerar renda de acordo com a empregabilidade de seus familiares. As empresas incubadas acabam por proporcionar o mesmo benefício para as pessoas de cada região que estão inseridas.

A interação das empresas incubadas com a geração de emprego na região se mostra favorável, pois muitos entrevistados afirmaram que existem diversas famílias que são beneficiadas por seus trabalhos, apesar que em algumas regiões em que essas empresas estão situadas a oportunidade de emprego é escassa, e esses empregos gerados pelas empresas dos agricultores são algumas das melhores opções de geração de renda.

Muito! A gente, esses oito empregos que falei para você é só de beneficiamento, que a gente beneficia na cooperativa, mas tem o processo de desfibramento que envolve bastante gente. Para você ter ideia cada máquina são oito pessoas, ainda tem o dono da máquina e do lugar, ou seja, cada máquina já envolve dez famílias e a gente já chegou a ter 45 máquinas. Hoje não tem por causa da seca, se houver um bom inverno a gente recupera, mas estamos dependendo de chuva. A gente movimenta um valor considerável em recursos (ICB1).

De acordo com a Empresa Incubada 1, as atividades exercidas na empresa empregam oito pessoas na parte gerencial e já chegaram a ter 45 máquinas funcionando em que cerca de 10 pessoas operavam em cada máquina. O entrevistado afirma que a empresa emprega pessoas da região e que acaba por fornecer renda a diversas famílias de forma direta e indireta.

É afirmado também que em período de alta demanda novos funcionários são contratados temporariamente para que a empresa incubada consiga atender os seus clientes. Estes trabalhadores safristas exercem as atividades conforme a empresa incubada designa, que segundo o entrevistado o trabalhador safrista possui os direitos de qualidade de emprego e jornadas de trabalho assim como os trabalhadores já contratados na empresa. O entrevistado afirma que a qualidade de trabalho gerado prioriza a segurança dos trabalhadores e

consequentemente de atividades que permitam que seus trabalhadores tenham a garantia de seus direitos, como o básico: 13º e férias. Além de priorizar em uma jornada justa de trabalho para aqueles que são situados na empresa efetivamente.

A nossa empresa emprega 14 pessoas, e nesse momento influencia mais ou menos cem pessoas que estão nessas famílias, não posso te responder mais porque estamos começando agora (ICB2).

Mesmo a Empresa Incubada 2 sendo uma das mais novas no mercado, ela já conta com uma quantidade considerável de pessoas empregadas nela. Essas ações acabam refletindo no poder aquisitivo das pessoas que trabalham na empresa, consequentemente influencia no poder de compra nessa região em que os trabalhadores estão situados. Esse tipo de serviço fornecido por essas empresas rurais resulta também na diminuição da evasão das pessoas do meio rural para o urbano, como é afirmado no caso da Empresa Incubada 3.

Causa muita influência, porque na região da gente se a gente não participar dessas coisas, eles vão deixar a zona rural, com esse mercado, com essa usina que a gente pretende botar os produtos do leite caprino no mercado todo mundo ganha com isso, principalmente o produtor. A gente não tem funcionários, temos 42 sócios. Saem muito poucos, a maioria está desde a fundação (ICB3).

Segundo a Empresa Incubada 3, o ciclo de funcionários ou membros associados não muda constantemente, o respondente afirma que por não terem muitas divergências com os objetivos da empresa, por realizarem seus trabalhos de maneira correta, por não possuir também uma diversidade de opções de empregabilidade na região, os trabalhadores ou associados não mudam de empresa, mas ainda afirma que há satisfação dos membros com relação a qualidade do trabalho gerado. Além de ser uma opção que gera renda para as famílias dos empregados, a empresa incubada, de acordo com os relatos, respeita o direito dos trabalhadores e na qualidade de trabalho gerado de forma geral. Na Empresa Incubada 4 o quadro é diferente das anteriores, existe uma certa rotatividade de associados na empresa incubada.

É, a gente... tanto entrou associados cooperados pós a abertura dela como saiu. E com relação aos funcionários a gente não tem., são os próprios

cooperados que voluntários fazem o trabalho burocrático na cooperativa. Não possuem dedicação exclusiva, cada um com suas atribuições determinam um tempo para que cada um faça a sua parte (ICB4).

No caso da ICB4 os membros associados não estão de dedicação exclusiva com a empresa, sendo assim alguns acabaram por deixar de exercer suas atividades na empresa por não possuir tempo suficiente para realizar as suas atividades. Com isso, é necessário a dedicação do membro associado com os objetivos da empresa. Na qualidade de trabalho gerado existe uma flexibilidade de horários por existirem outras pendências nas atividades.

Em sua maioria, as empresas apresentam uma rotatividade de funcionários pequena. Com os referidos relatos dos agricultores, as empresas possuem essa tendência por não terem uma vasta opção de empregos, sendo assim os casos de demissões são pequenos também por não terem motivos expressos para ocorrerem tais demissões.

Na empresa dificilmente sai, em cidade do interior o pessoal dificilmente muda, porque apesar de ter outras opções e tudo mais, e as pessoas têm geralmente seus empregos, e só ajuda a empresa da gente a crescer mais por vontade de melhorias mesmo, mas os que estão não mudam não (ICB7).

No caso acima, os membros da ICB7 estão inseridos na organização e possuem outras filiações, assim como na ICB4. Apesar dos membros responsáveis por essas empresas incubadas possuírem outros empregos, eles ainda mantêm o vínculo com as suas respectivas empresas na área rural, que acaba por auxiliar diversas outras famílias com suas atividades.

Estas análises permitem uma melhor compreensão das influências que as Políticas Públicas Programa Aquisição Alimentar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ocasionam nas empresas incubadas pela IACOC e na região que cada uma está inserida. Além de fornecer um reforço para melhorar a contextualização dessas Políticas Públicas na realidade de várias empresas que são beneficiárias das mesmas também em outras regiões do Brasil. Os resultados encontrados permitem novas investigações não só dessas políticas apresentadas, assim como em outras Políticas Públicas que possuem interações com empresas que são submetidas ao processo das Incubadoras de Empresas de modo geral.

O próximo capítulo fornece as conclusões do presente estudo assim como as limitações presentes na pesquisa e suas recomendações para futuros trabalhos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, a finalidade é apresentar as conclusões decorrentes das análises da pesquisa. O objetivo geral do presente trabalho é: Analisar o efeito das Políticas Públicas PAA e PNAE nas organizações rurais incubadas pela IACOC na região do semiárido paraibano com vistas ao seu desempenho. Para alcançar este objetivo geral, foram elencados três objetivos específicos que foram respondidos nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.

- 4.1: Foi investigado o processo de implementação das políticas públicas PAA e PNAE nas empresas incubadas pela IACOC situadas no semiárido paraibano.
- 4.2: Foi realizado um diagnóstico de campo apresentando as potencialidades e fraquezas das Políticas Públicas PAA e PNAE nessas empresas incubadas.
- 4.3: Foi verificada a geração de emprego na região em que as empresas incubadas estão situadas e a qualidade de trabalho gerado.

As Políticas Públicas são medidas utilizadas para auxiliar alguma lacuna presente na sociedade. Elas têm recebido visibilidade por possuir relação direta com os tributos que as pessoas pagam e o retorno de seus serviços para a sociedade e por diversos fatores: escolha de operacionalização dos governantes, influência nacional e internacional, entre outros.

Neste estudo a Análise de conteúdo foi utilizada para atender os objetivos presentes, dos objetivos específicos até o objetivo geral. Decorrente das análises efetuadas, observa-se que de maneira geral as Políticas Públicas PAA e PNAE cumprem os objetivos de prestar auxílio ao agricultor rural para essas empresas incubadas estudadas, mesmo que ocorra algumas divergências no processo de aplicação das políticas. Ao fim deste capítulo serão apresentadas as limitações da presente pesquisa e as recomendações para novos estudos.

### 5.1 Conclusões da Análise de Conteúdo

Como bem mencionado anteriormente, a presente pesquisa recolheu as informações necessárias para atender os objetivos propostos por meio de entrevistas. Essas entrevistas foram realizadas com os membros responsáveis pelas empresas incubadas, os quais aceitaram os temas para conceder estas informações que foram analisadas no capítulo 4 desta

dissertação. As análises concederam os resultados necessários atendendo os três objetivos específicos e conseqüentemente o objetivo geral deste estudo. Os próximos tópicos irão esclarecer as considerações deste estudo de maneira sintetizada.

#### 5.1.1 Considerações sobre o Processo de Implementação das Políticas Públicas PAA e PNAE

Nas empresas analisadas, os líderes das empresas incubadas ou associações são agricultores rurais. No processo de inserção das empresas incubadas nas políticas públicas existe a lacuna de acesso à informação por parte do agricultor rural. As empresas incubadas são beneficiadas pelo acesso às informações que são fornecidas pela incubadora de empresas, porém as Políticas Públicas servem para atender diversos outros setores e associações que não possuem o auxílio de Incubadoras de Empresas. É importante destacar o diferencial que o acesso ao relacionamento desses agricultores com a incubadora de empresas, assim como outros membros associados à incubadora, resulta em trocas de experiências e conhecimento de benefícios para seus respectivos negócios.

A falta de informação a respeito dos benefícios destas políticas ainda é presente de acordo com os dados recolhidos nesta pesquisa, pois de acordo com o número de respondentes, 37,5% dos entrevistados afirmaram que as vantagens que essas políticas fornecem precisavam ser divulgadas para os produtores rurais de maneira mais clara. Apesar do acesso à informação estar cada vez mais prático, no setor rural essa facilidade é um tanto escassa. A IACOC incentiva que seus incubados possuam acesso à internet e que os funcionários ou membros associados consigam manusear essas informações de maneira prática para que as empresas incubadas se atualizem de acordo com o que o mercado exige. Além disso, nas análises realizadas observa-se que os avanços que as políticas trazem são efetivos para o aprimoramento e motivação do agricultor rural a continuarem no seu ramo de atividade e a expandirem os seus negócios.

Entre as empresas incubadas que possuem relação direta com os programas PAA e PNAE encontra-se um total de 87,5% de empresas incubadas que se encaixam nesses critérios. As outras empresas incubadas se relacionam de forma indireta. Essa relação resulta em uma melhoria na renda e conseqüentemente na qualidade de vida dos beneficiados. Consecutivamente, ocasiona o surgimento de novos empregos e mais benefícios para a região

em que a empresa incubada está situada. Deste modo, parte dos objetivos destes programas se mostram eficazes com relação a essas empresas incubadas, pois fornecem o apoio, junto a incubadora de empresas, às famílias de agricultores rurais que não possuem as melhores instruções a respeito do aprimoramento do seu negócio.

### 5.1.2 Conclusões do Diagnóstico de Campo das Empresas Incubadas

As conclusões retiradas do diagnóstico de campo realizado no presente estudo partem das potencialidades e fragilidades que as políticas públicas PAA e PNAE transmitam para as empresas incubadas.

Entre as potencialidades encontram-se a valorização do preço dos produtos dos agricultores, pois o produto deles é comercializado por preços justos no mercado. Esse fator acaba por auxiliar com o que o produtor mantenha seu negócio e possa investir em possíveis aprimoramentos na sua empresa. É exaltado que a melhoria na renda dos agricultores é um potencial que as políticas fornecem para essas empresas incubadas.

Os acessos a novas oportunidades também se destacam entre as potencialidades dos programas, pois com a garantia da renda do programa, os produtores podem realizar novos investimentos em inovação, isso com o auxílio das informações geradas pela Incubadora de Empresas. O benefício dessas políticas acaba possibilitando o acesso dos agricultores em mercados maiores, além da adesão a benefícios de outras políticas que possam auxiliar ainda mais no processo de desenvolvimento dessas empresas incubadas.

Já as fragilidades encontradas, são pontuadas que apesar da motivação de parte dos agricultores responsáveis pelas empresas incubadas em tentar atingir uma quantidade maior de clientes. Outro fator que é afirmado como fragilidade é a burocracia exigida por esses programas, tanto o PAA quanto o PNAE. Os processos passam a serem de certa forma exaustivos para o agricultor rural, tais processos acabam atrapalhando a distribuição dos alimentos quando são verificados inadequadamente.

Um dos pontos mais abordados entre os responsáveis pelas empresas incubadas da IACOC foi o atraso das chamadas públicas. Esses atrasos acabam prejudicando a comercialização dos agricultores, pois os alimentos reservados ultrapassam seus prazos de

validade e acaba se tornando prejuízo para o produtor rural. Este atraso se dá, em parte das vezes, por má distribuição das verbas nessas políticas. O PAA recentemente (2017) passou a reduzir alguns produtos na lista de compras, o que prejudicou principalmente os produtores de frangos. Essa redução se deu às mudanças na gestão destes programas e conseqüentemente com o corte de recursos financeiros que são oferecidos pelo Governo Federal.

Sendo assim, essas fragilidades apontadas das Políticas Públicas PAA e PNAE refletem diretamente nos produtores rurais que integram as empresas incubadas. A redução de inserção de produtos alimentícios, os atrasos nos pagamentos, as mudanças inesperadas no cenário rural acabam influenciando o poder de aquisição de grande parte dessas empresas incubadas.

### 5.1.3 Conclusões da Geração de Empregos e Qualidade de Trabalho Gerado pelo PAA e PNAE

Ao todo as oito empresas incubadas influenciam na renda das famílias dos integrantes da empresa incubadas e nas que são beneficiadas pelo produto final dessas empresas incubadas. Além da geração de novos empregos para as pessoas da região, a qualidade de trabalho gerado se mostra satisfatória, já que as empresas incubadas possuem o auxílio da IACOC. Todos os respondentes afirmaram que geram novos empregos e que influenciam diretamente na região em que estão situadas. A Incubadora auxilia no processo gerencial e dirige as empresas incubadas da melhor forma a se executar suas atividades.

Em períodos de sazonalidade, novos funcionários são contratados e conseqüentemente a renda das pessoas na região acaba aumentando. Esses trabalhos sazonais também possuem um rigor na qualidade da realização das atividades. A segurança dos trabalhadores assim como as férias e demais direitos básicos são bem pontuados e realizados efetivamente. Os empregos gerados não possuem mudanças constantes, ou seja, os membros contratados ou associados às empresas incubadas não costumam mudar para outras instituições.

Algumas empresas incubadas iniciaram suas atividades recentemente, outras possuem um planejamento detalhado, mas ainda não comercializa seu produto. Essas empresas acabam influenciando a região de maneira direta e indiretamente, pois mesmo com o início das atividades recentes ou por estar em processo de desenvolvimento organizacional, existe a

contratação e filiação de novos membros das empresas incubadas, isso resulta consequentemente em novos empregos para a região.

Sendo assim, 87,5% das empresas analisadas afirmam que os membros das empresas não possuem um ciclo rotacional na troca de funcionários, geralmente os funcionários mantêm-se fixos nas empresas, exceto os funcionários sazonais, pois estes são contratados temporariamente.

## **5.2 Limitações do Trabalho**

Enquanto limitação assume-se que a presente pesquisa apesar de especificar o objeto de estudo empírico, não se pode fazer generalizações, tendo em vista a utilização de uma amostra por conveniência e por apresentar os dados à luz de uma Incubadora de Empresas que auxilia empresas emergentes no semiárido paraibano.

## **5.3 Recomendações**

Diante dos resultados apresentados, seguem sugestões que auxiliem em trabalhos futuros:

1. Produção de trabalhos que investiguem outras empresas incubadas e sua relação com as políticas públicas;
2. Replicar o estudo sobre as Políticas Públicas PAA e PNAE em outros estados brasileiros e suas possíveis Incubadoras de Empresas que estão situadas neste estado,
3. Analisar as recentes mudanças do PAA e PNAE em empresas situadas no semiárido paraibano.

Espera-se que o presente estudo possa auxiliar novas pesquisas relacionadas à análise de Políticas Públicas e principalmente em promover a importância das Incubadoras de Empresas e suas respectivas Empresas Incubadas, não só da Paraíba como nos demais estados brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas: 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.2016.

BRASIL. DECRETO LEI Nº 11.326. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. De 24 de julho de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) >. Acesso em: 22 de março de 2018.

BRANCALEON, B. B.; YAMANAKA, J. S.; CASTRO, J. M. de; CUOGHI, K. G.; PASCHOALOTTO, M. A. C. **Políticas Públicas: Conceitos básicos**. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015.

BRAUD, P. **Sociologie Politique**. Paris, LGDJ, 2006

CALDAS, E. L. ÁVILA, M. L. **Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Revista Espaço Acadêmico - Nº148. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notícias**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/541383-AGRICULTURA-DEBATE-REDUCAO-DE-RECURSOS-PARA-COMPRA-DE-ALIMENTOS-DO-PEQUENO-PRODUTOR.html> > Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

CARTILHA DO PAA. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PAA\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf). Acesso em: 30 de janeiro de 2019. 2010.

CARTILHA DO PNAE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Relatório final)**. Brasília, Consea/Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania/Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. 1995.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; e SALGADO, R. J. S. F. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 55. 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUTT, N. A; HAWN, O; VIDAL, E; CHATTERJI, A; McGAHAN, A. **How open system intermediaries address institutional failures: the case of business incubators in emerging-market countries**. Academy of Management Journal, 59(3), 818-840. 2016

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M. **Contribuição das incubadoras tecnológicas na internacionalização das empresas incubadas**. São Paulo. 2013. R.Adm. V.48, n.1.

FARAH, M. F. S. **Administração pública e políticas públicas**. Revista Administração Pública - RAP. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>>. Acesso em: 18 de julho de 2018;

FERREIRA, M.; FARAH, S. **Administração pública e políticas públicas**. rap — Rio de Janeiro 45(3):813-36, Maio/jun. 2011;

FLIK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p;

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível em: <  
[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=00011947&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI)>. Acesso em: 15 de março de 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <

<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> >. Acesso em: 21 fev. 2018.

GASQUES, J. G.; REZENDE, G. C.; VERDE, C. M. V.; SALERNO, M. S.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; CARVALHO, J. C. de S. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio No Brasil**. Brasília. 2004. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2701/1/TD\\_1009.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2701/1/TD_1009.pdf) >. Acesso em: 24 de outubro de 2016;

GOODNOW, F. J. **Politics and Administration: A Study in Government**. 1900.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do **Agronegócio no Brasil**. 2010. Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 25 N° 74

IACOC. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.iacoc.org.br/iacoc/historico/> >. Acesso em: 19 de abril de 2019.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008

LENZI, T. **O que são as políticas públicas?**. Acesso em: 19 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas/> 3/>. 2017.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de Marketing: foco na decisão**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011

MARTIN, R. **Geography and public policy: the case of missing agenda**. Progress in Human Geography, v. 25, n. 2, p.189-210, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo, 2012.



MARTINS, H. F; MOTA, J; P; FERREIRA, C. M. M. **Modelo de Negócio para Intervenções Públicas**: o public governance canvas. XXXIX Encontro Da ANPAD, p. 1-16, 2015.

OSLAK, O. **Políticas Públicas e Regimes Políticos**: Reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. Revista Administração Pública - RAP. Rio de Janeiro, 1982.

PEREIRA, D. L; PETRINI, M. C; DALMARCO, G. **Uma proposição de modelos de negócio de empresas sociais**. XXXIX Encontro Da ANPAD, p. 1-16, 2015.

PRESSMAN, J.; WILDAWSKY, A. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland**: Or, Why it's amazing that Federal programs work at all, this being a saga of the Economic Development Administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation of ruined hopes. University of California Press. Berkeley, 1973.

QUADROS, P. R. N. S. de. **As Incubadoras de Empresas**: gênese, desenvolvimento, declínio e perspectivas futuras no contexto político-institucional de inovação tecnológica no Estado da Bahia (1993-2010). Salvador - Bahia. 2010.

RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. **O suporte das incubadoras brasileiras para potencializar as características empreendedoras nas empresas incubadas**. R.Adm., São Paulo, v.41, n.4, p.419-430, out./nov./dez. 2006.

RODRIGUES, M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SAGATTO, C. I. **Análise da implementação de políticas públicas**: o Programa de Alfabetização na Idade Certa em dois municípios cearenses. 2016. Disponível em: < <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/catarinasegatto.pdf> > Acesso em 02 de março de 2019.

SALGADO, R. J. dos S. F. TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, W. A. **Contribuição dos programas de compra institucional (paa e pnae) para a estabilização dos preços agrícolas em Minas Gerais**. Revista de Estudos Sociais, v. 18, n. 37. 2016.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais. São Paulo, 2017.

SCARPARO, A. L. S.; BRATKOWSKI, G. R. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**; revisão e atualização CECANE UFRGS. - 2. ed. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2017.

SCHERER, P. C; PETRINI, M. C. **Entendendo os negócios com impacto social: uma proposta de quadro referencial com elementos de um modelo de negócios com impacto social.** XXXIX Encontro Da ANPAD, p. 1-16, 2015;

SEBRAE. **Como as incubadoras de empresas podem ajudar o seu negócio.** 2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-incubadoras-de-empresas-podem-ajudar-no-seu-negocio,f240ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016;

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **SAF - PAA.** 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SENADO. **Programa para agricultura familiar não cresce por falta de recursos, dizem debatedores.** Senado Notícias. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/05/programa-para-agricultura-familiar-nao-cresce-por-falta-de-recursos-dizem-debatedores>>. Acesso em 12 de março de 2019.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias. Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 25/06/2011.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE. **Delimitação do Semiárido.** 2017. Disponível em: < <http://sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido> >. Acesso em: 18 de julho de 2018;

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, 2002. Disponível em:

[http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas](http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas). Acesso em: 18 de julho de 2018;

TINÔCO, D. dos S. **Análise Sequencial de Políticas Públicas nas abordagens da Ciência Política e da Gestão( Management)**. Rio de Janeiro, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Imprensa: TCU identifica irregularidades no Programa de Aquisição de Alimentos**. 2017. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-identifica-irregularidades-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos.htm> >. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. de. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Nota Técnica. Brasília, 2015.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001;

VELOSO, F. V. **A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos Para as Famílias e Entidades Beneficiárias na Região da Nova Alta Paulista**. Revista Pegada – vol. 18 n.2. 2017.

VILLANOVA, A. L. I. **Modelo de negócio na economia compartilhada:** uma investigação multi-caso. XL Encontro Da ANPAD, p. 1-16, 2016;

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. **Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2013.

WILSON, W. **The Study of Administracion**. Political Science Quarterly, Vol 2. The Academy of Political Science, 1887.

WINTER, S. C. **Implementation Perspectives: Status and Reconsideration**. In: PETERS, B. G. & PIERRE, J. The Handbook of Public Administration. London: Sage, 2007, p. 131-141.

ZIKMUND, W. G; BABIN, B. J. **Princípios de pesquisa de marketing**. São Paulo: Cengage Larning, 2011.

**APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista com o membro representante de cada empresa incubada / agricultor familiar**

Nome do entrevistado:

Idade:                                      Escolaridade:

Função/Cargo que exerce:

Ano que iniciou suas atividades na atual empresa:

Faz parte de alguma associação de agricultores?

- 1) Há quanto tempo o(a) senhor(a) exerce atividade na agricultura?
- 2) Histórico das atividades na agricultura (principais dificuldades encontradas...).
- 3) Como o(a) senhor(a) conheceu a IACOC?
- 4) Como o(a) senhor(a) conheceu o PAA/PNAE?
- 5) Quanto tempo o(a) senhor(a) vende para o PAA/PNAE?
- 6) As vendas eram feitas por quais canais de comercialização (mercados, feiras...) antes do PAA/PNAE?
- 7) O(A) senhor(a) recebeu algum tipo de apoio para iniciar suas vendas no PAA/PNAE?  
Se sim, quais foram?
- 8) Após a implementação destas políticas, houve alguma mudança na importância destes canais de comercialização?
- 9) As vendas no PAA/PNAE ocasionaram mudanças na produção dos alimentos (aumento na quantidade, parou de produzir algum)?
- 10) Houve mudanças na renda familiar?
- 11) Quais as vantagens e desvantagens do PAA/PNAE no seu negócio?

**APÊNDICE 2 - Formulário direcionado a representante da IACOC**

Nome do respondente:

Cargo/ Função que ocupa na incubadora de empresas:

Tempo de trabalho na incubadora:

- 1) A IACOC esteve presente na incubação das empresas antes delas participarem das Políticas PAA/PNAE? (Caso a resposta seja negativa, ir para o item: 4)
- 2) Como você pode identificar as potencialidades e ameaças nas políticas PAA e PNAE?
- 3) Quais os avanços que o PAA e PNAE forneceram para as empresas incubadas?
- 4) Quais as dificuldades encontradas na inserção das políticas PAA e PNAE?
- 5) A contribuição da IACOC com as empresas incubadas, resulta em possíveis novos empregos? Se sim, poderia dar exemplos?
- 6) Qual o período médio de incubação das empresas?
- 7) Como são selecionadas as empresas que irão receber a incubação da IACOC? Existe algum critério de exclusão?
- 8) A IACOC realiza alguma reunião com os representantes das empresas incubadas?

### APÊNDICE 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos realizando uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que tem por objetivo avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE junto aos agricultores responsáveis pelas empresas incubadas da IACOC.

Sua colaboração na pesquisa será de extrema importância. Sendo assim, pedimos a sua participação na mesma através do fornecimento de informações por meio de entrevista e questionário. As informações que você prestar serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa.

A sua identidade será preservada nas fases do projeto, e você terá pleno direito de censura sobre os conteúdos que fornecera. A participação na pesquisa não envolve risco físico, muito menos constrangimento de qualquer natureza.

Caso deseje fornecer informações adicionais sobre a pesquisa, ou caso não deseje mais participar, pode entrar em contato no horário comercial pelo contato TELEFONE PARA CONTATO ou pelo endereço de e-mail ENDEREÇO DE E-MAIL DO MESTRANDO OU ORIENTADOR, encaminhando a mensagem referente a AUTORES DA PESQUISA.

---

Mestrando

---

Orientador

#### TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, declaro estar ciente dos devidos fins a respeito do projeto de pesquisa **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPRESAS RURAIS INCUBADAS NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO: Uma Análise nas Políticas PAA e PNAE** e concordo contribuir com a mesma fornecendo informações por meio de entrevistas e questionários.

Local, data, assinatura:

**ANEXO 1- Lista de Municípios que compõem o Semiárido Paraibano após a atualização do SUDENE 2017**

<b>Número</b>	<b>Município</b>	<b>Área</b>	<b>População 2017</b>
1	ÁGUA BRANCA	220,65	10.258
2	AGUIAR	344,69	5.562
3	ALAGOA GRANDE	320,56	28.565
4	ALAGOA NOVA	122,25	20.689
5	ALAGOINHA	85,06	14.464
6	ALCANTIL	305,39	5.499
7	ALGODÃO DE JANDAÍRA	220,25	2.501
8	AMPARO	121,98	2.246
9	APARECIDA	229,15	8.430
10	ARAÇAGI	229,72	17.003
11	ARARA	88,86	13.538
12	ARARUNA	245,72	20.418
13	AREIA	269,42	22.776
14	AREIA DE BARAÚNAS	96,34	2.126
15	AREIAL	33,94	6.975
16	AROEIRAS	374,67	19.154
17	ASSUNÇÃO	126,43	3.921
18	BANANEIRAS	257,98	21.156
19	BARAÚNA	50,58	4.925
20	BARRA DE SANTA ROSA	825,1	15.421
21	BARRA DE SANTANA	369,29	8.241
22	BARRA DE SÃO MIGUEL	595,21	5.979
23	BELÉM	100,14	17.685
24	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	603,04	7.347
25	BERNARDINO BATISTA	50,63	3.438
26	BOA VENTURA	132,14	5.349
27	BOA VISTA	476,54	7.083
28	BOM JESUS	47,42	2.567
29	BOM SUCESSO	184,1	4.972
30	BONITO DE SANTA FÉ	228,33	11.938
31	BOQUEIRÃO	424,65	17.842
32	BORBOREMA	25,98	5.430
33	BREJO DO CRUZ	398,92	14.107
34	BREJO DOS SANTOS	93,85	6.457
35	CABACEIRAS	400,22	5.570
36	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	172,91	10.265
37	CACIMBA DE AREIA	233,04	3.749
38	CACIMBA DE DENTRO	181,22	17.156
39	CACIMBAS	142,93	7.183
40	CAIÇARA	127,91	7.283
41	CAJAZEIRAS	586,28	62.187

42	CAJAZEIRINHAS	287,89	3.197
43	CALDAS BRANDÃO	55,85	6.025
44	CAMALAUÍ	603,06	6.020
45	CAMPINA GRANDE	620,63	410.332
46	CARAÚBAS	445,58	4.171
47	CARRAPATEIRA	72,78	2.667
48	CASSERENGUE	201,38	7.476
49	CATINGUEIRA	529,46	4.934
50	CATOLÉ DO ROCHA	552,1	30.534
51	CATURITÉ	118,09	4.839
52	CONCEIÇÃO	579,43	18.944
53	CONDADO	280,91	6.753
54	CONGO	274,08	4.789
55	COREMAS	379,49	15.426
56	COXIXOLA	119,06	1.925
57	CUBATI	136,97	7.274
58	CUITÉ	735,33	20.348
59	CUITEGI	39,3	6.790
60	CURRAL VELHO	180,59	2.517
61	DAMIÃO	109,76	5.343
62	DESTERRO	179,39	8.306
63	DIAMANTE	269,11	6.550
64	DONA INÊS	132,45	10.383
65	DUAS ESTRADAS	26,36	3.594
66	EMAS	240,9	3.528
67	ESPERANÇA	165,19	33.266
68	FAGUNDES	162,1	11.313
69	FREI MARTINHO	244,32	2.990
70	GADO BRAVO	192,42	8.435
71	GUARABIRA	180,76	58.881
72	GURINHÉM	309,28	14.134
73	GURJÃO	343,21	3.436
74	IBIARA	244,48	5.925
75	IGARACY	192,26	6.173
76	IMACULADA	399,41	11.833
77	INGÁ	287,97	18.163
78	ITABAIANA	218,85	24.475
79	ITAPORANGA	468,07	24.842
80	ITATUBA	244,21	10.876
81	JERICÓ	179,31	7.742
82	JOCA CLAUDINO	74,01	2.690
83	JUAREZ TÁVORA	82,59	7.950
84	JUAZEIRINHO	467,53	18.213
85	JUNCO DO SERIDÓ	170,42	7.165
86	JURU	403,28	9.868
87	LAGOA	177,9	4.666



88	LAGOA DE DENTRO	84,51	7.670
89	LAGOA SECA	109,34	27.543
90	LASTRO	102,67	2.725
91	LIVRAMENTO	283,16	7.386
92	LOGRADOURO	38	4.343
93	MÃE D'ÁGUA	177,25	4.009
94	MALTA	156,24	5.665
95	MANAÍRA	352,57	11.120
96	MARIZÓPOLIS	63,61	6.614
97	MASSARANDUBA	205,94	13.853
98	MATINHAS	38,12	4.537
99	MATO GROSSO	83,52	2.915
100	MATURÉIA	83,71	6.587
101	MOGEIRO	218,99	13.286
102	MONTADAS	25,92	5.691
103	MONTE HOREBE	116,17	4.825
104	MONTEIRO	986,37	33.294
105	MULUNGU	192,21	9.922
106	NATUBA	192,17	10.460
107	NAZAREZINHO	173,24	7.296
108	NOVA FLORESTA	58,84	10.639
109	NOVA OLINDA	84,25	5.944
110	NOVA PALMEIRA	310,35	4.910
111	OLHO D'ÁGUA	596,12	6.512
112	OLIVEDOS	317,9	3.951
113	OURO VELHO	129,4	3.042
114	PARARI	128,48	1.769
115	PASSAGEM	111,88	2.424
116	PATOS	512,79	107.790
117	PAULISTA	576,88	12.308
118	PEDRA BRANCA	193,73	3.803
119	PEDRA LAVRADA	351,69	8.122
120	PIANCÓ	564,73	16.091
121	PICUÍ	665,57	18.737
122	PILÕES	64,45	6.607
123	PILÕEZINHOS	43,9	5.080
124	PIRPIRITUBA	79,85	10.585
125	POCINHOS	629,52	18.622
126	POÇO DANTAS	97,25	3.770
127	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	97,89	4.318
128	POMBAL	888,81	32.766
129	PRATA	192,01	4.179
130	PRINCESA ISABEL	368,07	23.489
131	PUXINANÃ	73,67	13.715
132	QUEIMADAS	409,2	44.214
133	QUIXABA	116,95	1.964

134	REMÍGIO	178,06	19.579
135	RIACHÃO	90,15	3.607
136	RIACHÃO DO BACAMARTE	38,37	4.529
137	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	91,32	1.985
138	RIACHO DOS CAVALOS	264,03	8.609
139	SALGADINHO	184,24	3.980
140	SALGADO DE SÃO FÉLIX	196,09	12.145
141	SANTA CECÍLIA	227,84	6.557
142	SANTA CRUZ	210,15	6.585
143	SANTA HELENA	210,32	5.887
144	SANTA INÊS	324,42	3.596
145	SANTA LUZIA	455,7	15.401
146	SANTA TERESINHA	357,94	4.573
147	SANTANA DE MANGUEIRA	402,15	5.159
148	SANTANA DOS GARROTES	353,81	7.024
149	SANTO ANDRÉ	225,17	2.519
150	SÃO BENTINHO	195,96	4.540
151	SÃO BENTO	248,2	34.215
152	SÃO DOMINGOS	169,1	3.120
153	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	222,16	
154	SÃO FRANCISCO	95,05	3.363
155	SÃO JOÃO DO CARIRI	701,86	4.296
156	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	474,43	17.940
157	SÃO JOÃO DO TIGRE	816,11	4.423
158	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	304,42	7.679
159	SÃO JOSÉ DE CAIANA	176,33	6.279
160	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	725,65	4.635
161	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	677,29	20.163
162	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	158,02	3.842
163	SÃO JOSÉ DO BONFIM	152,14	3.566
164	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	253,02	1.806
165	SÃO JOSÉ DO SABUGI	206,91	4.145
166	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	417,74	3.711
167	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	98,23	5.969
168	SÃO MAMEDE	530,72	7.721
169	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	49,88	11.845
170	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	460,57	3.496
171	SÃO VICENTE DO SERIDÓ*	276,46	11.084
172	SERRA BRANCA	737,74	13.707
173	SERRA DA RAIZ	28,98	3.121
174	SERRA GRANDE	83,47	3.100
175	SERRA REDONDA	55,91	7.020
176	SERRARIA	75,4	6.093
177	SERTÃOZINHO	32,8	5.044
178	SOLÂNEA	265,92	26.376

<b>179</b>	<b>SOLEDADE</b>	<b>560,06</b>	<b>14.987</b>
<b>180</b>	<b>SOSSÊGO</b>	<b>154,8</b>	<b>3.567</b>
<b>181</b>	<b>SOUSA</b>	<b>842,49</b>	<b>69.554</b>
<b>182</b>	<b>SUMÉ</b>	<b>838,06</b>	<b>16.957</b>
<b>183</b>	<b>TACIMA</b>	<b>246,66</b>	<b>10.967</b>
<b>184</b>	<b>TAPEROÁ</b>	<b>639,96</b>	<b>15.276</b>
<b>185</b>	<b>TAVARES</b>	<b>228,6</b>	<b>14.661</b>
<b>186</b>	<b>TEIXEIRA</b>	<b>114,44</b>	<b>15.191</b>
<b>187</b>	<b>TENÓRIO</b>	<b>105,27</b>	<b>3.066</b>
<b>188</b>	<b>TRIUNFO</b>	<b>222,95</b>	<b>9.482</b>
<b>189</b>	<b>UIRAÚNA</b>	<b>294,5</b>	<b>15.382</b>
<b>190</b>	<b>UMBUZEIRO</b>	<b>180,87</b>	<b>9.913</b>
<b>191</b>	<b>VÁRZEA</b>	<b>190,44</b>	<b>2.820</b>
<b>192</b>	<b>VIEIRÓPOLIS</b>	<b>146,78</b>	<b>5.358</b>
<b>193</b>	<b>VISTA SERRANA</b>	<b>61,36</b>	<b>3.808</b>
<b>194</b>	<b>ZABELÊ</b>	<b>109,39</b>	

Fonte: Adaptados pelos Autores a partir dos dados do SUDENE 2017.

**ANEXO 2 – Recursos Repassados do PNAE em 2018 para Modalidades de Ensino dos Municípios estudados**

<b>Ano</b>	<b>Estado</b>	<b>Município</b>	<b>Esfera Governo</b>	<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Valor Total</b>
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	2226
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	CRECHE	39162
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	EJA	12928
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL	140428
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	MAIS EDUCAÇÃO (PARC. COMPLEM.) - FUNDAMENTAL	8406,4
2018	PB	SUME	MUNICIPAL	PRÉ-ESCOLA	36010
2018	PB	POMBAL	MUNICIPAL	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	11130
2018	PB	POMBAL	MUNICIPAL	CRECHE	60562
2018	PB	POMBAL	MUNICIPAL	EJA	25536
2018	PB	POMBAL	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL	290012
2018	PB	POMBAL	MUNICIPAL	PRÉ-ESCOLA	76844
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	1802
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	CRECHE	49862
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	EJA	13120
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL	272716
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	MAIS EDUCAÇÃO (PARC. COMPLEM.) - FUNDAMENTAL	31808
2018	PB	POCINHOS	MUNICIPAL	PRÉ-ESCOLA	54990
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	9328
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	CRECHE	124548
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	EJA	107520
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL	747920
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	MAIS EDUCAÇÃO (PARC. COMPLEM.) - FUNDAMENTAL	13632
2018	PB	QUEIMADAS	MUNICIPAL	PRÉ-ESCOLA	107378

Fonte: Adaptado pelos Autores do FNDE (2018)